

WECIA MUALEM SOUSA DE MORAES

VOZES DO MAR DA GALÍCIA

*Cotidiano e proteção social de
trabalhadores e trabalhadoras da
provincia de Pontevedra*

2023. © *Wecia Mualem Sousa de Moraes*

VOZES DO MAR DA GALÍCIA.

Cotidiano e proteção social de trabalhadores e trabalhadoras da província de Pontevedra

Coordenação Editorial

Coordenação Editorial: Profa. Dra. Maria Andréa Luz da Silva

Capa

Ana Carolina Frota

Projeto gráfico e diagramação

Eduardo Freire

Revisão

Maria do Céu Vieira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Moraes, Wecia Mualem Sousa de.

Vozes do Mar da Galícia [livro eletrônico] : cotidiano e proteção social de trabalhadores e trabalhadoras da província de Pontevedra / Wecia Mualem Sousa de Moraes. -- Fortaleza, CE : EDMETA, 2022.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-86311-16-7

1. Políticas públicas 2. Políticas sociais 3. Proteção social 4. Trabalho - Aspectos sociais I. Título.

22-132457

CDD-320.6

Índices para catálogo sistemático:

1. Políticas públicas : Ciência política 320.6

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Vozes do Mar da Galícia

Cotidiano e proteção social de trabalhadores e trabalhadoras da
província de Pontevedra

Wecia Mualem

Vozes do Mar da Galícia

Cotidiano e proteção social de trabalhadores e trabalhadoras da
província de Pontevedra



Fortaleza - CE
2023

Mar

*Uma coleção de subjetividades
Vasto e grandioso
Abriga em seu ventre segredos
Mistérios insondáveis
Infinitamente belo no limite dos nossos olhos
Novos rumos e travessias
Leveza e tempestade
Barcos, velas, âncoras, chegadas e partidas
Imensurável e indescritível
Mar de sentimentos
Inconsciente em mar aberto
O familiar e o estranho mergulhados no mar da vida
Um mergulho nas profundezas das sensações
Natureza e mãe em mares navegáveis.*

(Wecia Mualem)

*Para Lucas (in memoriam) e Luize,
meu (a) mar incondicional.*

Agradecimentos

Ao Apóstolo Santiago de Compostela, pescador de peixes e almas, muito obrigada.

Minha gratidão a todos que contribuíram, de forma direta e indireta, para a realização deste livro. Agradeço a todas as pessoas que me apoiaram em momentos decisivos. Sem elas não seria possível a concretização deste sonho.

A todos/as trabalhadores/as do mar que, com informações de seu labor e vivência no cotidiano no mar de Galícia, embasaram este livro. À lendária mulher, mãe, mariscadora e agricultora Marina Buceta Castro (*in memoriam*), minha gratidão e respeito por me ensinar tanto sobre a cultura do mar de Galícia.

Aos meus amados pais, Weber e Lúcia, que me fizeram entender que o mundo é um mar infinito de afetos.

À família galega, em especial, minha irmã Michely e os meus sobrinhos Lucía e Leo, pela acolhida.

À professora doutora Liduina Farias Almeida da Costa, supervisora de Pós-Doutorado que deu origem ao livro. Você apoiou meu intercâmbio Brasil/Espanha com entusiasmo e estímulo, de modo solícito, paciente, confiante e gentil na análise de um tema bastante caro sobre o qual ousei refletir.

Aos professores e colegas da UECE. À Ângela Elizabeth Ferreira de Assis, pesquisadora do Grupo de Pesquisa Políticas Sociais, Trabalho e Cidadania (UECE), que também desenvolve estudos sobre proteção social aos trabalhadores do mar no Brasil e na Espanha.

Ao professor doutor Francisco Horácio da Silva Frota (Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UECE), sempre tão gentil e acolhedor.

À Maria José Suárez Aspérez (Agente técnica de emprego e desenvolvimento local do Conselho de Poio, Pontevedra/Espanha), por facilitar o acesso às reuniões e entrevistas aqui apresentadas, além de revelar-se uma amiga galega.

À Laura Nieto (Grupo ação local do setor pesqueiro Ria de Pontevedra/Porto de Marín), Ana Piñera Pandiella (Assistente Social Casa Rosada / Centro de Ciências Sociais/ Pontevedra), Mabel Vidal Alonso (Psicóloga – Casa Rosada / Centro de Ciências Sociais / Pontevedra), Esperanza Álvarez, Marina Buceta, (Coordenadoras de Mariscadores de Rias Baixas/ Pontevedra), Sira Pereira Cividanes (Bióloga do Conselho do Mar de Redondela Vila de Pontevedra) e Glória V. Fernandez (Secretaria do Departamento de Ciência Política e Sociologia da Universidade de Santiago de Compostela – USC) pelas importantes contribuições nas análises da temática estudada.

Aos queridos Rosemeire, Yago, Marina e Vega Martinez, pela amizade e carinho.

Ao Cesáreo González Pardal (Presidente da Federação Galega de Turismo Rural), que me apoiou, incentivou e escutou com atenção as demandas da investigação científica.

Às professoras de línguas estrangeiras Soledad Dubini e Danise Grangeiro, pela ajuda na tradução do livro.

À Universidade Estadual do Ceará (UECE), pelo apoio a esta publicação, e à Secretaria do Departamento de Ciência Política e Sociologia da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidade de Santiago de Compostela – Campus Vida, pelo acolhimento oferecido.

Sumário

Apresentação.....	14
Prólogo.....	16
Notas Introdutórias	19
Capítulo 1 Em Busca de Outros Mares: rumo à Galícia	22
Capítulo 2 Na Galícia pela Primeira Vez	24
Capítulo 3 Na Galícia pela Segunda Vez: a aventura da pesquisa social	32
Capítulo 4 O Desafiante Trabalho de Campo: o caminho percorrido	98
Capítulo 5 Aprofundando Concepções Teóricas: proteção social	116
Capítulo 6 Narrativas de Trabalhadores e Trabalhadoras do Mar	125
Capítulo 7 O Mar é Tudo...O Mar é a Vida	135
Considerações Finais	158
Referências Bibliográficas	162
Créditos das Imagens	170

Apresentação

Abre-se, com este livro em versão popularizada, uma série de publicações do Laboratório de Popularização da Ciência e Tecnologias nas Áreas Sociais e Humanas/Núcleo de Pesquisas Sociais da Universidade Estadual do Ceará (UECE). O objeto de pesquisa que o originou circunscreve-se na esfera das relações entre políticas públicas sociais e sistemas públicos de proteção social. Seus referentes empíricos foram construídos quase todos em Pontevedra, uma das quatro províncias integrantes *da* Comunidade Autónoma da Galícia/Espanha. A obra é um dos muitos frutos desse trabalho de pesquisa social efetuado por Wecia Mualem – psicóloga e psicanalista – durante estágio pós-doutoral em políticas públicas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas dessa Universidade.

O empenho e preocupação da autora em devolver, nessa versão *sábia* e acessível, os resultados da pesquisa para seus/suas interlocutores/as – trabalhadoras e trabalhadores do mar da referida província – expressam seu compromisso ético também com os “não iniciados” nas ciências sociais e/ou humanidades. Merece realce o seguinte fato: o sexto capítulo consiste em reprodução integral das narrativas orais desses/as interlocutores/as sobre o cotidiano do trabalho no mar e formas de proteção social no passado e no presente.

Entre as muitas leituras propiciadas por esta publicação, destaca-se o empenho de focar a intrínseca relação entre os indivíduos e a vida social. Indo além de abstrações, a autora, que sempre “mirou o social” em sua trajetória profissional e acadêmica, continua a demonstrar o desejo de aprofundar conhecimentos referentes aos meandros da vida em sociedade e trabalha para adensar sua compreensão sobre essa relação.

Testemunhei a determinação de Wecia em sua busca de inserção no multifacetado campo das políticas públicas. Ao construir objeto circunscrito à esfera das relações entre políticas públicas e sistemas de proteção social, a autora sintoniza-se com os anseios de segmentos sociais que lutam

pela não desconstrução de direitos sociais. Entra no debate de um tema cujo eco se propaga fortemente, nos mais diversos espaços, pela voz sofrida de trabalhadores/as que auferem o sustento da vida na dureza cotidiana do trabalho, ou em virtude de fenômenos e processos sociais que os/as levam à vulnerabilização social.

Ainda entre as muitas leituras advindas desta publicação, destaco, embora nas entrelinhas, um convite aos profissionais das áreas sociais e humanas, responsáveis pela efetivação das políticas públicas sociais, à ampliação de reflexões sobre sistemas de proteção social, tendo em vista que sua concretização deve ocorrer em respeito às garantias constitucionais, como as referentes à política de previdência social, de emprego e renda, educação, saúde, assistência social, moradia, transporte, cultura, lazer etc. Tal ampliação poderia ser um dos caminhos para o fortalecimento de concepções abstratas de suporte social, formulados em realidades sociais, nas quais as pessoas estão “à mercê da sorte”, particularmente em momentos de infortúnios.

Enfim, na minha interlocução com Wecia Mualem testemunhei de perto o empenho, a obstinação, a determinação e a coragem de quem “desbravou o diferente e o inusitado” no percurso de uma pesquisa noutros mares tão distantes do Brasil, mas sempre com um olhar voltado para a nossa realidade social, sobretudo porque seu contato direto com segmentos sociais vulnerabilizados socialmente ao longo da nossa história a impulsionou a enfrentar o desafio da pesquisa social.

Fortaleza, novembro de 2022

Profa. Liduina Farias Almeida da Costa

*Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade
Estadual do Ceará, Brasil*

Prólogo

En primer término, agradecer a Wecia M. la especial sensibilidad mostrada en esta publicación, hacia Galicia, mi tierra y sus gentes, particularmente hacia las gentes de Pontevedra y de Poio en especial, lugar en el que llevo trabajando más de dos décadas al servicio de sus habitantes.

Poio es un municipio muy particular en su idiosincrasia, aunque con fundamentos comunes a otras villas marineras y costeras de Galicia. No deja de tener una identidad propia, que lo define como un pueblo con un extraordinario dinamismo en lo político, en lo social, en lo laboral y en lo cultural.

Poio, tierra de Colón para muchos, y sus habitantes de San Salvador, San Juan, Combarro, Samieira y Raxó (sus cinco parroquias), es también un lugar muy variopinto: la cultura y la economía de la tierra y el mar, fusionados, dan como resultado un vínculo que aflora en personas de gran fortaleza y calidad humana, que saben cómo salir adelante en las dificultades (resiliencia) y caracterizan esas estampas marineras y humanas que retrata Wecia, dándoles voz en este hermoso: Voces del Mar de Galicia.

A título exclusivamente personal, el capítulo que más atención me ha merecido (seguramente por mi formación en derecho, que ya queda lejos en el tiempo, puesto que en la actualidad me dedico al fomento de la actividad económica a través de la gestión y del empleo), ha sido el capítulo quinto sobre la protección social.

Desgraciadamente, inmersos en esta crisis postpandémica de magnitudes aún incalculables, en dimensiones no sólo económicas sino psicosociales, es necesario poner en mayúsculas estas dos palabras, «PROTECCIÓN SOCIAL», pues, aunque no quiero extenderme en un pequeño prólogo

como este, en una visión holística de nuestra sociedad actual, es preciso reivindicar una perspectiva amplia del término, en mi modesta opinión, una perspectiva que se retroalimiente o haga una nueva lectura, y no por ello diferente, de los artículos 39 y 40 del texto constitucional de 1978 que sigue estando vigente en España, en los que se hace alusión a esas dos palabras y a que los poderes públicos promoverán las condiciones favorables para el progreso social y económico, y para una distribución equitativa de la riqueza, en el marco de una política de estabilidad económica, con orientación al pleno empleo.

Esto nos lo indica nuestra normativa marco estatal, por lo que la inclusión social y el estado del bienestar serán o tendrán que ser un punto de partida de donde nunca retirar ni desviar la atención.

Hago entonces, desde aquí, un llamamiento al que lo quiera oír, a la recuperación de estos conceptos tan olvidados y denostados en estos tiempos ... que semejan estar desapareciendo a pasos agigantados, dejando a las personas a su suerte, por lo que, desde lo local, lo autonómico y lo estatal, ha de releerse esa tan mal interpretada y a veces olvidada Constitución, para que se frene ese cada vez mayor flujo de personas hacia la vulnerabilidad económica y hacia la exclusión social.

Sólo me resta, desde aquí, poner una voz más en pro de una renovada visión de las políticas sociales, que tan rápidamente están siendo, o queriendo ser, fagocitadas y agredidas por el mercado de la salud, la industria de la sanidad y de la educación y la economía del cambio global a favor, como siempre, de las élites que dominan los poderes económicos y de pocos más.

Las personas que lean este libro, y que conozcan a sus personajes, que lucharon en esta y en otras épocas de extremas dificultades económicas, a estas mujeres heroicas anónimas, comprenderán también que siguen siendo necesarias, en su entorno, unas políticas públicas de carácter social de dimensiones realistas y adecuadas a la situación mundial que estamos viendo, adaptadas a cada lugar evidentemente.

No vamos a mencionar esas falacias neofascistas que proponen la desaparición de la protección social y pintan un estado superprotector que no es tal. No lo es, en la medida necesaria y deseable.

Ante esto... sólo esperanza e ilusión hacia ese «posible» mundo mejor, donde el interés social sea una realidad y no el individualismo miope.

Cuidemos pues al conjunto de personas que forman nuestra sociedad y a nuestro ecosistema, para que estas personas más vulnerables y las generaciones venideras puedan seguir mirando un mar... lleno de posibilidades y de anhelos, un mar de esperanza ante este vacío de dimensiones oceánicas en el que, a la deriva, muchos seres luchan por seguir adelante, por mantenerse a flote. Ánimo a esas personas y gracias Wecia, por haber sido su VOZ.

María José Suárez. *Técnica de Empleo y Desarrollo Local,*
departamento de Promoción Económica, Poio



Dibujo: Jorge Barros Suárez. 12 años. FARO.

Notas Introdutórias

O mar é compreendido segundo múltiplas visões que se complementam, como expressam os variados objetos de pesquisa das diversas áreas do conhecimento, constituídos no intuito de compreensão dos fenômenos que a ele se referem. Ao lado das áreas mais técnicas destacam-se as que dizem respeito à vida em sociedade, como a sociologia, a psicologia, a antropologia, as políticas públicas. Também têm referências na arte literária, no pensamento filosófico e na poética.

Minhas escolhas profissionais levaram-me a empreender pesquisa social no campo das políticas públicas focando o cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras do mar na Galícia/Espanha, priorizando o sistema público de proteção social e suas relações com as políticas públicas. A pesquisa requereu tempo e disposição para escutar suas vozes, apreciar e entender formas de expressões, interfaces, anseios, conflitos, aspirações, lutas por melhores condições de vida e vitórias desses/as trabalhadores/as, visto serem eles e elas constituídos subjetivamente e socialmente.

Meus propósitos de entendimento sobre os laços sociais que ligam indivíduo e sociedade têm sido determinantes na constituição de objetos de estudo aos quais me dediquei desde o Curso de Graduação em Psicologia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e com eles prossegui durante pós-graduação *lato sensu*, mestrado e doutorado em psicologia, sobretudo quando pesquisei sobre vulnerabilidades também sociais. Foi no intuito de aprofundamento sobre a compreensão de tais laços que realizei pós-doutorado no campo das políticas públicas sociais. De início pretendia perceber o “suporte social” disponível aos/às trabalhadores/as do mar na Galícia, porém logo na fase exploratória da pesquisa de campo, na província galega

de Pontevedra, decidi ampliar meus objetivos e conhecer o funcionamento do sistema público de proteção social do país e sua incidência no cotidiano do trabalho no mar, nessa província.

Inserida como pesquisadora social no campo das políticas públicas, porém sem deixar de ser psicóloga, ousei estudar e “desbravar” esse mar, por meio de observações diretas, diálogos, entrevistas, conversas formais e informais, não me furtando a momentos de escutas das vozes de trabalhadores/as ... são eles corajosos e livres. Como seria de se imaginar, o trabalho de pesquisa social foca a constituição da vida em sociedade, sem, no entanto, desconhecer as singularidades. Nas vozes escutadas, o mar nos pareceu a referência mais forte das vidas desses/as trabalhadores/as.

Ao adotar uma perspectiva interdisciplinar, dialoguei principalmente com autores dedicados a pesquisas sobre políticas públicas, sistemas de proteção social e “suporte social”; ancorei-me também em conceitos da sociologia que propiciam compreender a realidade social e, desse modo, enriquecer a análise de políticas públicas sociais.

O desafio de produzir um livro originário de pesquisa científica, mas em versão popularizada cuja escrita seja acessível aos/às interlocutores/as dessa pesquisa e demais interessados, me conduziu a um delineamento em sete breves capítulos, conforme a seguir.

O primeiro capítulo, “Em busca de outros mares: rumo à Galícia”, tem o propósito de apresentar alguns traços da Galícia, dos quais me aproximei no período que antecedeu minha primeira viagem, ainda sem qualquer propósito de pesquisa. Na verdade, aliava turismo e visitas a familiares.

O segundo tem por título “Na Galícia pela primeira vez” e consiste em descrição sobre o meu olhar acerca da Galícia ainda na condição de turista familiar, porém já me inquietando um pouco com aquele contexto desconhecido a quem era apresentada ou algo que enxergava por mim mesma.

O terceiro capítulo, “Na Galícia pela segunda vez: a aventura da pesquisa social”, expressa minha posição de pesquisadora social interessada em mergulhar naquela realidade social tão diferente, na vida social galega, focando o cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras do mar.

O quarto capítulo, “O desafiante trabalho de campo: o caminho per-

corrido”, anuncia ou menciona alguns pressupostos teóricos e os procedimentos realizados na pesquisa empírica. Sobressaem nele instrumentos e processos de produção de dados, como a observação flutuante, a entrevista semiestruturada com a finalidade de escutar mais livremente os participantes e apreender as nuances de seu cotidiano e o uso da fotografia.

O capítulo seguinte, “Aprofundando concepções teóricas: proteção social”, trata, obviamente, de revisitar as reflexões teóricas já iniciadas antes da viagem como pesquisadora. De volta ao Brasil, esse aprofundamento foi fundamental para poder compreender melhor a relação entre as teorias examinadas e a realidade empírica com que me deparei nas localidades de Pontevedra e no cotidiano de trabalhadores/as.

O sexto capítulo, “Narrativas de trabalhadores e trabalhadoras do mar”, é uma reprodução textual (embora traduzida para o português) das narrativas dos/as interlocutores/as da pesquisa, as quais propiciam a percepção de categorias de análise que daí emergiram.

O último capítulo, “O mar é tudo... o mar é a vida”..., consiste em minha análise acerca dos significados das narrativas dos/as trabalhadores/trabalhadoras do mar e suas relações com o objetivo de compreender a importância do sistema público de proteção social no duro cotidiano do trabalho no mar. Nas “Considerações finais” são destacados os aspectos mais evidenciados pela pesquisa, e nele aponto possibilidades para futuros estudos.

Capítulo 1

Em Busca de Outros Mares: rumo à Galícia

Cantares Galegos

*Lugar máis hermoso
non houbo na terra
que aquel que eu miraba,
que aquel que me dera.
Lugar máis hermoso
no mondo n'hachara
que aquel de Galicia,
Galicia Encantada!*

(Rosalía de Castro)

Ao planejar minha primeira viagem à Galícia, cujo intuito era turístico de cunho familiar, busquei saber como era aquele lugar desconhecido sobre o qual já possuía alguma ideia por meio de fotos e conversas informais com familiares e amigos que vivem há muitos anos na Espanha.

Outro aspecto importante foi o desejo de aprofundar, saciar curiosidades, instigar o conhecimento, aprofundar mais os saberes e práticas sobre o que está ligado ao mar. Para tanto, lancei mão de mapas, sites e relatos de viagens e algumas produções de natureza histórica.

Por meio destas fontes, encontrei de modo recorrente as seguintes informações: a Galícia seria uma entidade político-administrativa das mais antigas de toda a Europa, com raízes e influências dos romanos, suevos e bretões, nascida em 19 a.C. com a anexação definitiva dos povos galaicos, daí originando-se a denominação *Galicia* ou *Galiza*. Teria ocorrido uma expansão territorial por volta de 298 d.C., sob o império de Diocleciano, e a consolidação estatal em 409 d.C., como também prevaleceria a condição de reino até 1883. O reconhecimento internacional como realidade

nacional teria acontecido recentemente, em 1993, e desde 1981, a Galícia se organizaria juridicamente e sob o ponto de vista administrativo como comunidade autônoma inserida no Estado espanhol.

Destacam-se também, conforme essas fontes, sua localização geográfica na extremidade fria e úmida do noroeste da Espanha, entre o Atlântico e o mar Cantábrico; a economia baseada na agricultura e na aquicultura, poucas indústrias, intensa atividade turística e a permanência de antigos traços definidores de sociedades rurais; o catolicismo como religião oficial teria predominado desde a Guerra Civil espanhola até o período de promulgação da Constituição de 1978; a cultura seria perpassada por intensa relação entre o sagrado e o profano, a exemplo da veneração a Santiago de Compostela e, ao mesmo tempo, a deuses e deusas celtas; a prevalência da língua galega e suas singulares no tocante às criações literárias; a concentração populacional em zonas costeiras; e a existência de lugares quase desabitados em regiões mais afastadas do litoral. E, ainda, a divisão do território em conselhos, estes subdivididos em entidades coletivas ou paróquias, e estas em entidades singulares ou lugares.

As fontes mencionadas registram também o fenômeno da emigração de populações rurais para áreas urbanas litorâneas onde se constituem pequenos núcleos e vilas; e a dispersão da população em aldeias. Ressaltam a existência de profundas e numerosas Rias contendo elevada e variada riqueza de recursos naturais, especialmente mariscos e espécies de peixes; a existência de zonas costeiras apropriadas para a utilização portuária; o intenso desenvolvimento do setor pesqueiro e ao mesmo tempo o predomínio da mariscagem artesanal; uma elevada contribuição na produção da aquicultura, chegando a 82% em relação à produção do país.

A concentração da atividade turística da Galícia seria localizada nas Rias Baixas e Santiago de Compostela e a evolução artística expressaria formas diversificadas entre as múltiplas tendências da história da arte ocidental. Contudo, possuiria características próprias, influenciadas por culturas dos povos ancestrais, com realce para a gastronomia como elemento importante da cultura galega. Todas estas informações foram aprendidas posteriormente, mediante experiência de pesquisa social.

Capítulo 2

Na Galícia pela Primeira Vez

Caminhante

*Andei muitos caminhos,
abri muitas veredas;
Naveguei em cem mares,
e atraquei em cem ribeiras.*

(Antonio Machado - poeta espanhol)

Encontrar-me na Galícia pela primeira vez, em 2016, envolveu, entre outras experiências, as descobertas de lugares onde presenciei de perto algumas marcas antigas da cultura galega. Noutro momento, em 2019, pude me aproximar um pouco mais de aspectos importantes da vida social daquela comunidade autônoma espanhola, pois meu retorno a esse lugar decorreu da minha nova posição de pesquisadora, em cujo trabalho foi possível perceber formas de convivência entre tradição e modernidade, como forte marca daquela sociedade.

Ainda naquela primeira vez, motivada por vários acontecimentos e impulsionada pela frase do poeta espanhol Antonio Machado, “caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar”, pude sentir e tocar na “alma celta” e vivenciar outras situações e descobertas que passam, talvez, a fazer parte do repertório daqueles que se deparam com o desconhecido. Curiosa por conhecer outra cultura, fui em busca de desbravar o diferente e o inusitado. Me vi como que atravessada pela cultura do mar, mística, rural, mágica e sagrada de uma “Galícia encantada”. Influenciada, quem sabe, pela poesia de Rosalía de Castro, da qual também havia tomado conhecimento quando planejava a viagem.

Entretanto, meu olhar foi além dos objetos de consumo de viagens: pratiquei um turismo que me trouxe diferentes experiências, nas quais o

consumo e a rapidez não foram centrais para mim. Interessada na cultura galega, busquei compreender, na medida do possível em tão pouco tempo, suas transformações ao longo dos séculos. Me interessei também por pessoas do local que se mostraram disponíveis para refletir sobre aquilo que para mim era absolutamente novo. Registrei e compartilhei minhas experiências daquela viagem.

Cada dia vivido em Pontevedra – capital de uma das quatro províncias¹ da Galícia – onde permaneci por um mês e meio foi uma novidade, e mesmo como turista muitas informações foram guardadas na memória. Também fiz uso de alguns recursos como o *smartphone* para capturar frações do observado, por meio de fotografias, áudios e vídeos, ampliados depois na condição de pesquisadora. Ainda nesse percurso, conversei com pessoas em diversos momentos e situações. Nisso, a memória foi o principal componente objeto de pesquisa, utilizada como ferramenta para reter o máximo de informações dessa experiência e guardar, de forma carinhosa e especial, o que pude vivenciar naqueles dias. As histórias narradas, cada recorte, cada detalhe, fizeram a diferença e contribuíram para fortalecer a minha relação com o mar e, em especial, com a Galícia. Realizei uma grande aventura do outro lado do Atlântico, e o fato de ter vivido esses momentos, mesmo nessa viagem turística, foi fundamental para a construção deste livro, pois, a partir de então alguns aspectos me chamaram a atenção, como, por exemplo, os processos de trabalho da mariscagem, os quais re-tomei posteriormente como pesquisadora social.

As imagens a seguir expostas representam os muitos encontros com a cultura local de Pontevedra: os restaurantes de pedra, a arte gastronômica que chega a evocar o gosto e o cheiro das comidas e dos vinhos artesanais, a beleza da fauna e da flora, as expressões de espiritualidade das pessoas, o clima e as chuvas, as tantas igrejas, os mosteiros, as festas do mar, os antigos e modernos portos, os desfiles de gaitas galegas pelas ruas, as gaivotas embelezando o mar e, especialmente, minha euforia

1 São elas: Corunha, Lugo, Ourense e Pontevedra, conforme estabelecido pela Constituição espanhola de 1978, ao tratar da organização territorial do Estado espanhol em municípios, províncias e comunidades autônomas.

ao me defrontar com a beleza da costa galega. Tudo isso é revivido por meio de minhas lembranças. Assim, este livro é também o entrelace das minhas recordações com as memórias de quantos, gentilmente, compartilharam suas histórias.

Os que chegam àquela Espanha profunda se deparam com suas belezas naturais e sua cultura. Vivem experiências que podem se limitar a uma apreciação ou a um deslumbramento passageiro, como também podem despertar o desejo de adentrar sobre aquela multiplicidade de formas da vida em sociedades humanas.

Certamente, algumas pessoas estão em busca da mera fruição da vida por um tempo definido e efêmero; outras podem experimentar um misto de estranhamento e inquietação sobre as condições de reprodução da vida social naquele lugar que guarda tantas tradições e ao mesmo tempo parece se adaptar ao mundo e tempo presentes, às demandas da “sociedade global”, às novas formas de sociabilidade constituídas em respostas a essas demandas. Diante de tudo isso, minha atenção se voltou também para a presença de muitas pessoas no “trabalho do mar”. Como seriam as vidas cotidianas das pessoas que encontrei e fotografei na orla marítima onde passam a maior parte do seu tempo, pescando ou mariscando? E as demais esferas da vida cotidiana, como seriam?

Mas chegou o dia de retornar ao Brasil, para o que era corriqueiro e familiar: o meu trabalho na clínica e no hospital como psicóloga e psicanalista, as responsabilidades acadêmicas na universidade onde deveria concluir tese de doutoramento em Psicologia, porém sempre projetando novos horizontes e o desejo insaciável de ser um eterno aprendiz. Depois de defender a tese, permaneceu em mim o interesse em compreender melhor os fenômenos e processos sociais e, sobretudo, as relações entre indivíduo e sociedade. Com esse interesse, fui sendo impelida, dia após dia, a cursar um pós-doutorado em Políticas Públicas. Projetei fazê-lo no Nordeste do Brasil, na Universidade Estadual do Ceará, e a pesquisa de campo se efetuariaria na Comunidade Autônoma da Galícia, mais precisamente na província de Pontevedra.



Fauna e flora - camélias galegas



Fauna e flora galegas



Praia de Silgar - gaivota galega



Fauna e flora galegas - gaivota voando no mar galego



Capítulo 3

Na Galícia pela Segunda Vez: a aventura da pesquisa social

Soñar

*Es feliz el que soñado, muere.
Desgraciado el que muera sin soñar.*

(Rosalía de Castro)

A preparação

A preparação para retornar à Galícia, desta feita como pesquisadora social, implicou a intensificação de buscas ligadas principalmente a questões epistemológicas relacionadas às políticas públicas sociais. Comecei, então, por seguir alguns critérios acadêmicos da área no sentido de ampliar a compreensão sobre fenômenos e processos sociais. Para tanto, participei de seminários e disciplinas ofertadas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará; realizei leituras que me deram certo respaldo sobre o tema a pesquisar; participei de ricas discussões teóricas ainda no Brasil junto à docente e pesquisadora que posteriormente se tornou minha supervisora; e, finalmente, elaborei o plano de trabalho exigido como um dos requisitos à candidatura ao Pós-Doutorado pelo referido Programa de Pós-Graduação. A aceitação do mencionado plano de trabalho pelo seu colegiado foi motivo de muito contentamento para mim.

Esta preparação da viagem de volta à Galícia onde efetuará trabalho de campo foi acompanhada com o apoio da minha filha Luize que não hesitou apesar das dificuldades, em desbravar um novo mundo de aventuras escolares e culturais.

Minha volta a Pontevedra tinha vários propósitos. Um deles era o de ultrapassar minha superficialidade em relação àquela nova cultura, à qual

havia sido apresentada como turista, ou seja: pretendia intensificar o conhecimento sobre os instigantes “mistérios” que cercam o existir humano na vida em sociedade. Especialmente naquelas circunstâncias tão diferentes de tudo quanto eu já havia me aproximado ao atingir a vida adulta e de passar pela academia, isto é: o convívio de pessoas com o misterioso mar, em busca do sustento da vida.

Desta feita, deparei-me também com os vestígios de um tempo passado, longínquo, que, entretanto, se reconstituem para fazer parte do tempo presente de uma sociedade moderna que, inevitavelmente, carrega consigo características da “modernidade líquida”, como diria Bauman (2001).

Ouvi muitas outras histórias e lendas originárias de culturas milenares que parecem ainda habitar, fortemente, no imaginário galego; tive a percepção de existir um “orgulho galego”, o qual se reproduz cotidianamente, por vários meios. Esse “orgulho” emergia também em conversas informais com pessoas comuns entre as que entrevistei ou dialoguei em estradas e ruas por onde andei desde a primeira viagem; presenciei ainda formas modernas de antigas representações galegas, a exemplo de obras artesanais que reproduzem traços da antiga Galícia, apresentadas para os visitantes; revisitei trechos da orla marítima onde constatei a existência de inúmeras embarcações de distintos portes, destacando-se um porto grandioso e moderno como o de Marín e aos poucos fui percebendo, com mais nitidez, o rito cotidiano das muitas trabalhadoras e trabalhadores do mar que chegam em distintos pontos da orla a pé, em pequenos grupos que a outros vão se juntando e passam a se “paramentar” para efetuar mais um rito cotidiano o qual para eles/as parece quase sagrado, ou seja: mais uma jornada de trabalho; fui ampliando, de certa forma, um leque de significados do mar para aquelas pessoas que tiram seu sustento do indefinível mar; enfim, revisitei vários outros aspectos vistos, mas não vivenciados, durante minha primeira estada em Galícia.

Nesta segunda estada, comecei a me sentir capaz de ultrapassar a condição de mera apreciadora de “telas ocas” (HEWISON, apud HARVEY, 1993), porém nem sempre modeladas ou restauradas somente para atrair o olhar turístico geralmente ávido por novidades.

Impulsionada por várias questões, me vi de fato naquele lugar incomum da Europa – a província de Pontevedra/Galícia –, do qual havia “tomado conhecimento” superficialmente, antes da primeira viagem, por meio de apresentações e representações de catálogos turísticos online; e na primeira estada, por meio de familiares que me apresentaram vários lugares, e ocasionalmente por meio de pessoas desconhecidas contatadas nos locais visitados.

De fato, aportei em um mar estranho, mas de certa forma e ao mesmo tempo familiar. O esteio teórico requerido para eu concretizar a aventura de uma pesquisa social demandava muito esforço e muita perseverança, pois tudo era novo para mim, advinda de outra área do conhecimento. Ainda no Brasil, além das discussões específicas sobre questões teóricas e metodológicas referentes às políticas públicas (MARQUES, 2018), havia me aproximado também de reflexões sobre a contribuição que a sociologia poderia ofertar nas análises de políticas públicas (CORTES; LIMA, 2012).

Nessa perspectiva e ao considerar minha pesquisa com trabalhadores/as do mar, busquei apoio mais específico em Martins (2008), cujos estudos direcionam-se à compreensão da “sociabilidade do homem simples” por meio de suas vivências cotidianas. Dedicado à pesquisa social com trabalhadores do campo, crianças de origem rural, pessoas em situação de escravidão, pessoas em situação de rua e de adoecimento mental, entre outros segmentos sociais ignorados ou pouco reconhecidos socialmente, este autor oferece profundas análises sobre a complexidade da modernidade e de sociedades, onde coexistem tempos distintos e relações sociais diversas, como resume Soto (2013).

Essa vertente explicativa das contradições da vida em sociedade na modernidade, por meio do cotidiano, me foi apresentada ainda no Brasil, antes da segunda viagem, como um dos caminhos de compreensão sobre o cotidiano dos/as trabalhadores/as do mar galego, na província de Pontevedra, figura considerada como área pesqueira entre as mais importantes do mundo, onde também se entrecruzam modernidade e tradição.

Na busca de maior compreensão sobre o cotidiano, outra lente teórica utilizada foi Heller (1985; 1987). Ao ressaltar as relações entre o cotidiano e

a história, conforme esta autora afirma, a reprodução da sociedade se faz no cotidiano. Nessa direção, a vida cotidiana seria o conjunto de atividades que caracterizam a reprodução dos homens particulares, os quais, por sua vez, criam a possibilidade da reprodução social. Ela diz: “Nenhuma sociedade pode existir sem que o homem [no sentido do gênero humano] particular se reproduza, assim como nada pode existir sem reproduzir-se simplesmente” (1987, p.19). Tal como Lefebvre (1973; 1991), assegura que a realidade é uma das características imprescindíveis da cotidianidade² e integra esferas heterogêneas diferentes como o trabalho, as relações sociais e a política. Isto exige do indivíduo direcionar a atenção e a ação para essas esferas, porém organizando-as hierarquicamente – de acordo com o atendimento de suas necessidades básicas –, e permitindo que elas continuem em movimento. Ao nascer sob a égide da vida cotidiana, o indivíduo assume atividades inerentes a essa vida, porém, inserido nas condições da estrutura socioeconômica e submetido à alienação, fragmenta-se cada vez mais em seu dia a dia, ao se perceber como parte de um todo que lhe parece não ter integração.

Nas palavras de Netto e Carvalho (2000, p. 68), a “dimensão genérica – referência à pertinência ao humano-genérico – aparece subsumida, na vida cotidiana, à dimensão da singularidade”. Entretanto, como reflete Heller (1985), o ser humano pode estabelecer uma individualidade unitária (singularidade e genericidade) e ampliar possibilidades de liberdade. As possibilidades de acessar a dimensão humano-genérica se apresentam no cotidiano no instante em que cada indivíduo age carregando uma ação de reflexão, ética, coletiva e energia. Desse modo, como acrescenta a autora, realizar uma escolha consciente e imprimir nela toda energia significa suspender-se da cotidianidade, pois, desse modo, rompe-se com a heterogeneidade, mesmo por um momento específico. Essa suspensão não define a supressão da individualidade, e sim o diálogo entre a esfera da particularidade – que não deixa de existir – e o humano-genérico.

Como admite a filósofa, o ritmo da vida cotidiana estimula o surgimento da ultrageneralização e da imitação. A primeira orientaria a rea-

2 Perspectiva abordada por Lefebvre (1973; 1991), segundo a qual o cotidiano é compreendido como um objeto multidimensional que é transformado pelas relações sociais.

lização de tarefas no cotidiano; a segunda direcionaria para a imitação daquilo que já existe e é reproduzido. Nos dois casos, segundo adverte Heller, seria preciso romper com a tendência de cristalização que poderia resultar na construção de uma visão sempre grosseira do “singular”. Ademais, conforme realça os atributos da vida cotidiana não implicam somente a alienação, embora ofereçam um cenário propício para tal.

Também na fase ainda exploratória da pesquisa, busquei compreender as concepções de suporte social e sistema público de proteção social, que comportam múltiplas e variadas explicações, referentes às desigualdades, associadas à pobreza de grande parte da população, especialmente com o fenômeno da globalização.

De acordo com Polanyi (2000), o capitalismo, enquanto sistema de produção orientado para o lucro e a acumulação da riqueza sob a forma monetária, não possui qualquer compromisso com a proteção da dignidade humana. No entanto, segundo as desigualdades sociais produzidas por esse sistema exigem, em maior ou em menor grau, devem ser adotadas medidas que garantam não apenas a reprodução do capitalismo, mas também a sobrevivência dos indivíduos.

Neste caso, contemporaneamente, são adotados na Espanha (como também no Brasil) sistemas públicos de proteção social (DI GIOVANNI, 1998; 2009) como garantias de certas condições de vida e/ou medidas de “suporte social” (ORNELAS, 1994). O conceito de proteção social será retomado mais adiante. Por hora, destaco a necessidade de compreender que a concepção de suporte social é multifatorial e sua operacionalização, desde que ampliada, não se adequa apenas a segmentos sociais de países em desenvolvimento. Isso marcaria a universalidade do termo. Entretanto, a meu ver, esse conceito deve ser pensado criticamente, ou seja: mediante agregação do conceito de sistema público de proteção social com as devidas garantias constitucionais. Desse modo, poderíamos sair do lugar de senso comum, que por vezes o liga à ideia de caridade e/ou filantropia, ou a uma visão restritiva ligada apenas a determinada visão de saúde.

Ainda no tocante à fase preparatória da viagem de pesquisa, direcionei leituras também para as condições concretas da província de Pontevedra.

Com base em recurso da internet, busquei compreender as condições socioeconômicas da população, recorrendo ao Instituto Galego de Estatística (IGE, 2018), como também examinei várias outras fontes referentes à organização econômica social e política da Comunidade Autónoma da Galícia e às particularidades desses aspectos em Pontevedra.

Nesta província, é impossível não se perceber as particularidades da costa marítima – onde se situam também as confrarias de pesca –, as muitas reentrâncias do litoral evocam um desenho do mar que avança para o interior do continente e do continente que parece avançar sobre o mar; em suas proximidades encontram-se vestígios de um passado por demais longínquo, como os castros que nos transportam à idade da pedra, os “restos” de templos presumivelmente celtas que nos remetem a mitos, lendas, ritos, práticas e orações de religiões politeístas, mosteiros, templos católicos e outras instituições sacras, cujas simbologias contribuem na sustentação de uma sociedade moderna, mas de múltiplas faces, notadamente o convívio entre a tradicionalidade e a alta modernidade³.

Tudo isso se mistura a deslumbrantes paisagens banhadas pelo oceano Atlântico em seu encontro com os rios Ulla, Umia, Leréz, Verdugo, Miño, onde o mar não é profundo e os recortes litorâneos são peculiares, formando pequenos cabos e baías, como também ilhas exuberantes, evidentemente não mais totalmente naturais, pois a exploração dos recursos naturais é intensa. Há espécies vegetais e animais, algumas delas já raras, ou quase em extinção, indicando que a presença humana naquelas paragens tem um sentido também instrumental.

Merece destaque ainda o Porto de Marín cujas funções na economia daquela sociedade são grandiosas. Seria uma das expressões mais claras da face moderna daquele mundo desconhecido que aos poucos eu buscava compreender. E, como se diz: as imagens a seguir nos “falam muito mais do que as palavras”.

3 Diz respeito a certos princípios da modernidade presentes na atualidade, e, segundo Giddens (2003), corresponde a uma ordem que acentua características fundamentais da modernidade tradicional.

Eis uma breve mostra das Rias Baixas situadas na província de Pontevedra, deslumbrantes paisagens rurais, onde o mar também não é profundo, mas os recortes litorâneos são extensos, existem abundantemente e dão lugar aos arquipélagos mostrados pelas fotos ora apresentadas. Como observado, a presença do homem há tantos séculos nessas paragens alterou as paisagens naturais. No entanto, elas ainda guardam a indescritível beleza ofertada “gratuitamente” a quantos simplesmente têm o privilégio de passar ou permanecer por ali. E foi por ali que permaneci por quase sete meses e consegui estabelecer as primeiras interações com as pessoas que depois se transformaram em interlocutoras da pesquisa da qual se deriva este livro.

Comunidade Autónoma da Galícia, situando a província de Pontevedra



Fachada da Igreja da Virgem Peregrina/Pontevedra





Capela das Relíquias - Catedral de Santiago de Compostela







Igreja do Mosteiro de São João - Poio/Pontevedra



Golfinho comum no arquipélago de Ons/Pontevedra



Gralha de bico vermelho no arquipélago de Ons



Praia de Baiona



Praia do Grove



Praia de Combarro



Pesquisadora admirando o porto de Combarro





Praia de Marín



Porto de Marín, uma das faces modernas de Pontevedra



Oceano Atlântico visto do Monte de Santa Trega



Vista da Ria de Arousa em Pontevedra, a maior da Galícia e Espanha



Porto na Ilha de Arousa em Pontevedra



Antigo Mosteiro na Ilha de Cortegada situada na Ria de Arousa



Igreja coberta por conchas do mar, em A Toxa



Detalhes das conchas do mar que cobrem a Igreja em A Toxa



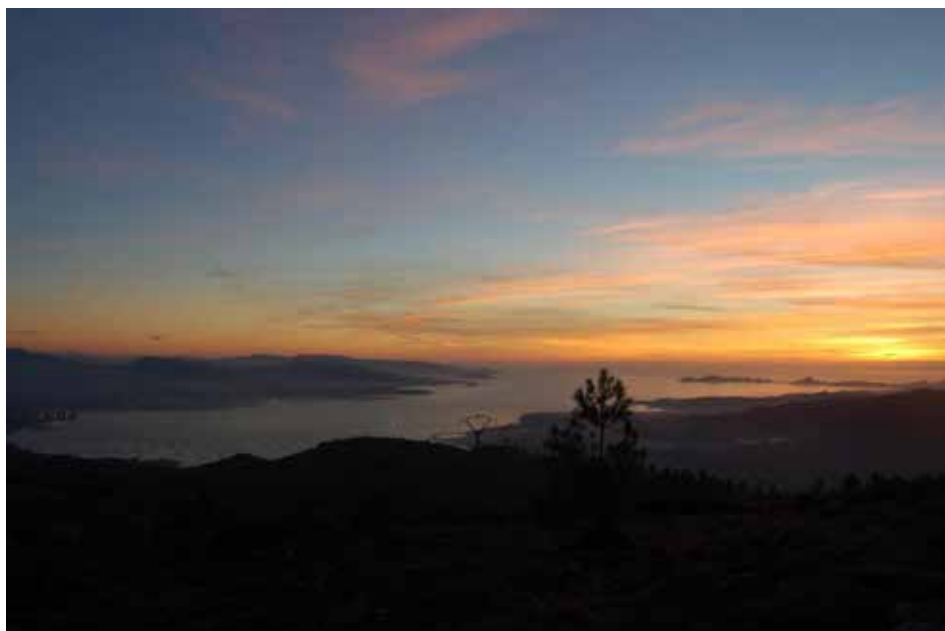
Cemitério com túmulos cobertos por conchas do mar



Vista da Ilha de Sálvora na Ilha de Arousa



Pôr do sol na Ria de Vigo situada na província de Pontevedra



Castro de Santa Trega⁴ - Guarda / Pontevedra



Floresta de Loureiro na Ilha de Coreada / Pontevedra



4 Pertencente à cultura castreja é o mais emblemático e o mais visitado dos castros galegos. Trata-se de um povoado castrejo-romano com uma ocupação tardia dentro da cultura castreja. O sistema construtivo reflete uns modos construtivos muito respeitosos com tradição castreja e pouco influenciado pela presença romana. Em relação à pesca encontraram-se três anzóis de bronze e dois de ferro, e restos ósseos de exemplares das famílias *Sparidae*, *Gadidae*, *Lavridae* e *Morenidae*, espécies seguramente capturadas desde o mesmo litoral.

Primeira reunião no Porto de Marín / Pontevedra



Localização das Rias Baixas na província de Pontevedra



O cenário da pesquisa: as Rias Baixas

O Rio e o Oceano

[...] O rio não pode voltar.

O rio precisa se arriscar e entrar no oceano.

E somente quando ele entrar no oceano é que o medo desaparece.

Porque apenas então o rio saberá que não se trata de desaparecer no oceano, mas de tornar-se oceano.

(Gibran)

Na minha nova chegada à província de Pontevedra contava ainda com poucos referentes empíricos, alguns deles adquiridos por meio de contatos superficiais durante minha primeira estada na Galícia. Contava também com alguns aportes teóricos resultantes de parte da pesquisa bibliográfica que iniciei no Brasil, quando preparava a aventura da pesquisa social na Comunidade Autônoma da Galícia, conforme mencionei.

Conhecer mais de perto os povoados das Rias Baixas, onde efetuei a pesquisa de campo, foi também um exercício de me familiarizar com a cultura e os costumes galegos. Viaja-se por estradas curvilíneas quase vazias, e às vezes margeadas pela presença de poucas cabeças de gado que parecem descansar na tranquilidade do pasto verde. Há mirantes, paisagens e praias paradisíacas, cuja beleza dificulta o exercício de escolha de apenas uma onde se deter.

Seguindo viagem, avistei Vigo, considerada a maior cidade das Rias Baixas, onde também se distingue um grande porto pesqueiro de Vigo. Dali saí para as Ilhas Cíes, um parque nacional intocável, com praias encantadoras.

Outro povoado localizado nas Rias Baixas é Combarro, considerado como centro histórico no qual se destacam hórreos, igrejas, restauran-

tes, lojas de artesanato, porto e um corredor estreito, com degraus entre construções de pedra que se debruçam sobre um braço de mar na Ria de Pontevedra. Lá, encontramos uma marina de veleiros e os hórreos por todos os lados, típicos celeiros de pedra utilizados para armazenar alimentos protegidos da umidade e de animais, para se manter em condições ideais para o consumo. Todos eles são enfeitados com cruzeiros celtas que caracterizam a arquitetura rural galega. Trata-se de pequenas construções medievais, atualmente usadas para abrigar bares, restaurantes e lojas de artesanato galego.

Destaca-se ainda nas Rias Baixas A Guarda, pequeno porto pesqueiro, com particularidades que nos estimularam a vê-lo de perto. Ao “desbravar” uma subida de aproximadamente 341 metros de altitude, cheguei ao cume do Monte de Santa Trega, onde se encontram as ruínas de uma civilização ancestral que ocupou a região, os castrejo-romanos.

Por onde andei na Galícia, me deparei com um ar místico e sagrado de suas montanhas e bosques, impregnados, talvez, de imaginários influenciados por lendas, entre as quais chamaram a minha atenção a das Meigas [bruxas], a Santa Campanha e as Nove Ondas da Praia de Lanzada, também chamada de Lenda da Fertilidade. Nas andanças e conversas, tive a impressão de que, por trás de cada detalhe, há uma lenda e uma história contada por um galego.

A religiosidade de Santiago de Compostela divide com as “meigas” ou “bruxas” uma herança celta⁵, revivida pela produção e comercialização do artesanato, e permeada por lendas perpassadas por traços da mitologia grega, como, por exemplo, a narrativa da fundação de Pontevedra (capital da província de Pontevedra), por Teucro, personagem da “Ilíada” de Homero (2009), que lutou na Guerra de Tróia ao lado do meio irmão Ajax. Segundo Bowder (1985) com base na lenda, Teucro teria fundado a cidade após ser expulso de casa pelo pai, em virtude de não ter vingado a morte de Ajax.

5 Há diferentes posições teórico-metodológicas referentes aos usos do termo **cultura celta na Galícia**. Ver: FLEMING, Maria Isabel D'Agostino. A questão celta do noroeste da península ibérica: entre história e arqueologia. Grupo de Estudos Celtas e Germânicos. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. **Brathair** 19, (1), 2019.

A capital de Pontevedra – também denominada Pontevedra – é repleta de prédios em granito claro, construções que remontam aos tempos do domínio romano. Existem, ainda, cruzeiros e cruzeiros de pedra que marcam a proximidade em relação a uma igreja, um caminho ou, como dizem, para espantar as “meigas”.

As lendas de Galícia são impregnadas pelo misticismo dos celtas galaicos que viveram nessas terras, e antigas espiritualidades, desde as peregrinações mais remotas. De acordo com Becoña (1980), Lisón (2004) e Paredes (2000), os contos nos apresentam as sedutoras feiticeiras que vivem em povoados abandonados, a aterrorizante e milenar Santa Campanha, as lendas do Apóstolo Santiago, a espiritualidade celta e cristã dominantes nesta região.

A Santa Campanha é lembrada pelas pessoas, descrita e recontada como uma procissão de mortos ou almas. Ao longo dos séculos, essa lenda tem aterrorizado crianças e comerciantes que percorrem as estradas da noite galega. Uma procissão de almas, formada por uma fila de homens encapuzados que visitam os mortos, um mito considerado real por muitos. Trata-se de uma tradição medieval, dos séculos XI e XII, período teocêntrico e repleto de mitos relacionados aos mortos.

Outra lenda, a chamada Lanzada, as Nove Ondas ou Lenda da Fertilidade, é uma cerimônia mágica herdada da antiguidade. De acordo com esta, à meia-noite da romaria ou do dia de São João, todas as mulheres interessadas em tornar realidade o seu desejo de serem mães têm de tomar um “banho de fertilidade” ou “banho santo” nas águas salgadas da selvagem praia de A Lanzada, deixando nove ondas baterem sobre elas. Nesta praia, existe um monumento numa pequena capela em pedra, onde há uma fonte simbólica, com uma figura esculpida na rocha em que se pode beber água. Esse lugar místico possui, na parte traseira da capela, um parapeito, onde se pode ver o mar. Segundo a lenda, nesse lugar, um padre da capela banhava as mulheres com água do mar, as quais iam àquele local na esperança de engravidar. Como reza a lenda, a água da fonte é milagrosa e quem beber não terá problemas de fertilidade.

Curiosamente, muitas galegas são chamadas de Lanzada, como um modo de agradecimento por ter sido atendido e realizado o seu desejo de maternidade.

Segundo percebi nas entrelinhas das narrativas das entrevistas e em outras fontes, essas reminiscências da mística medieval ainda atravessam o cotidiano do trabalho no mar. Como pesquisadora fiquei com essas questões: os deuses das antigas civilizações também não seriam entidades sagradas para os galegos? Será que eles fazem a mesma distinção que o discurso turístico e alguns pesquisadores fazem entre o sagrado e o profano?

A essas questões busco responder o seguinte: a mistura de tradição e modernidade reafirmada pela preservação de reminiscências das tradições culturais medievais, que, entretanto, juntaria o sagrado e o “profano”, teria inúmeras explicações. Como é possível pressupor, uma delas poderia se relacionar às manifestações protonacionalistas surgidas na primeira metade do século XIX, remetendo à “idade de ouro” de um passado medieval na Galícia. Tais manifestações englobariam também a literatura galega inaugurada pela poeta Rosalía de Castro com *Cantares Gallegos*, não obstante a estética referida às origens sociais da poeta e suas posições políticas em favor dos desafortunados.

Outro aspecto a destacar dentro da rica cultura galega é o dito popular que ratifica o orgulho de ser galego e não mediterrâneo: “se cho-ver, que chova”. A pouca incidência de sol por sobre a Galícia durante muitos meses do ano e que, presumivelmente, traria desvantagens aos empreendimentos turísticos, é compensada pela gastronomia. Assim sendo, os galegos acompanham a meteorologia e oferecem uma gastronomia com diversos mariscos e vinho branco produzido da uva alvarinho, exclusivamente do cultivo rural nas Rias Baixas.

Nos restaurantes da Galícia são oferecidas muitas iguarias a “preço de ouro”. Em face da diversidade de frutos do mar galego, o repertório gastronômico é altamente apreciado pelos turistas. Além do consumo interno que movimenta a economia local, os produtos da pesca são exportados para todo o país e para o mundo. Chamaram minha atenção, especialmente, os *percebes*, cuja pesca é feita com enorme dificul-

dade e requer muito adestramento do pescador: eles, *os percebes*, são extraídos de rochas banhadas pelo mar bravo da costa galega. Outras rainhas da gastronomia galega são as *zamburiñas*, *navajas*, *berberechos*, polvos (conhecidos como *pulpo* a galega), caranguejos, peixes nobres, dentre outros.

Vista da Ria de Pontevedra



Vista do Porto Pesqueiro de A Guarda



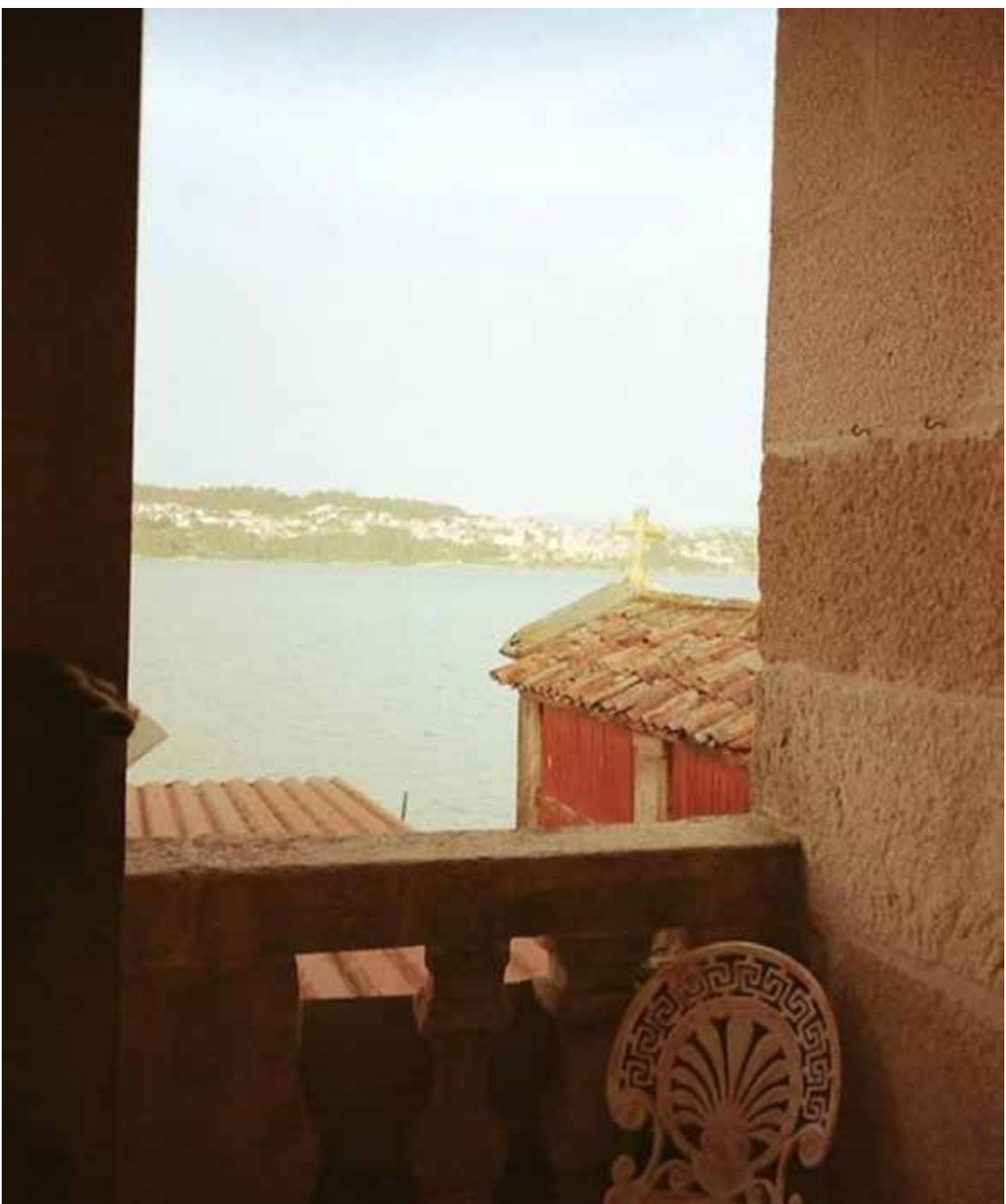
Mariscadores/as das Rias Baixas no largo inverno galego



Praia de Combarro









Hórreo de Galícia



Autora vislumbrando a paisagem típica galega



Expressão cultural: gaita galega em Pontevedra





Festa da Virgem do Carmo, padroeira dos navegantes



Artesanato galego (peças em cerâmica que remete à cultura celta)



Artesanato galego (pratos e hórreos que remetem à cultura celta)



Artesanato galego (corais do mar de Galicia)



Cruz de Santiago, estampada numa concha, nas mãos de minha filha Luize







Praia de Lanzada (remete à lenda das Nove Ondas ou lenda da Fertilidade)





Ruínas do Convento de São Domingos / Pontevedra







Percebe Galego (iguarria muito apreciada em Galícia)



Zamburiña galega



Berberechos galegos



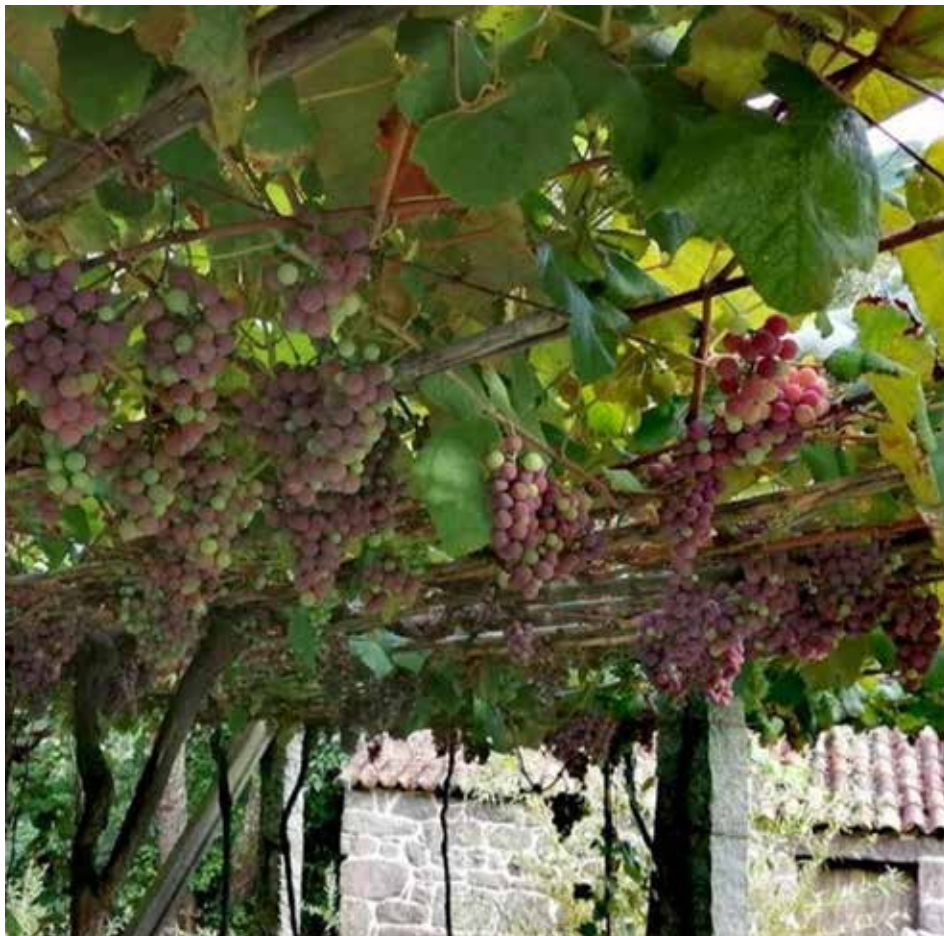
Pescados galegos



Navajas galegas



Uvas cultivadas para a produção artesanal de vinho



Capítulo 4

O Desafiante Trabalho de Campo: o caminho percorrido

Galícia, práticas e saberes

Lugares e sabores

Costumes, tradições, afetividades e memórias

Herança ancestral

Pescadores, mariscadores, artesãos

Horizontes que se constroem

Aprendizagens plurais

Banhada de paisagens

Galícia, céu, mar, montanhas, sonhos e estrelas.

(Wecia Mualem)

Reafirmo aqui a redefinição do primeiro objetivo da pesquisa, previsto ainda no Brasil. Logo depois da entrada em campo, ao iniciar a pesquisa fluente e um registro fotográfico, comecei também a perceber a necessidade de compreender o funcionamento do sistema de proteção social espanhol. A partir daí, coloquei entre parênteses o objetivo inicialmente circunscrito em torno de uma concepção restrita de “suporte social” (ORNELAS,1994) e me concentrei em compreender a importância do referido sistema para os trabalhadores e trabalhadoras do mar.

Os/as interlocutores/as da pesquisa foram trabalhadores e trabalhadoras vinculados a confrarias de pesca, organizações sociais que datam dos séculos XI-XIII e, historicamente, vêm se transformando com o intuito de adaptação às mudanças sociais atuais, os anseios da chamada “globalização”.

Hoje as confrarias são instâncias associativas regulamentadas pelo Estado. Suas características básicas se estabelecem no nível estatal e se de-

finem, legalmente, como corporações de direito público, sem fins lucrativos, representativas de interesses econômicos, que atuam como órgãos de consulta e colaboração das administrações competentes em matéria de pesca marítima e de organização do setor pesqueiro (FEDERACIÓN GALLEGA DE COFRADÍAS DE PESCADORES (CP), 2018; GOBIERNO DE ESPAÑA, Ley 3/2001; Ley 33/2014; Ley 5/2011).

Esta definição como corporação de direito público tem permitido às comunidades autônomas assumir as competências de sua regulação por meio de leis da pesca ou mediante leis e decretos específicos (BUTLLETÍ OFICIAL DEL PARLAMENT DE LES ILLES BALEARS, 1995; BOLETÍN OFICIAL DE LA JUNTA DE ANDALUCÍA, 1995; 2004; GENERALITAT DE CATALUÑA, 1991; 2002; GOBIERNO DEL PAÍS VASCO, 1998; XUNTA DE GALICIA, 2008; 2014).

[...] son las principales organizaciones representativas de los pescadores a pequeña escala y mariscadores de Galicia. La evolución en su forma organizativa fue paralela a los avances pesqueros. [...] El carácter autogestionario y el cumplimiento de los principios cooperativos son las principales características de las cofradías (LORENZO, 2019, p.2).

Somente na Galícia, existem cerca de sessenta confrarias e na província de Pontevedra localizamos 22 destas em uma extensão de 398 km na costa marítima.

Priorizei como interlocutores/as trabalhadores/as associados/as à Confraria de Pesca San Telmo. Entre as pessoas que abriram as portas para minha entrada em campo, menciono a agente técnica de emprego e desenvolvimento local do Conselho de Poio, a assistente social e a psicóloga do Centro de Ciências Sociais de Pontevedra.

No período de produção de dados em campo, esta confraria tinha 471 associados, entre homens e mulheres, maiores de 14 anos (censo de 30 de abril de 2019). Em cada ano, ao abrir o período de cotas, alguns confrades solicitam sua aposentadoria e se incorporam novos candidatos a confrades. Os aposentados dispõem de um conjunto de serviços sociais ofertados pelo Centro de Serviços Sociais, conhecido como a Casa Rosada de

Poio/Pontevedra, cuja principal finalidade é a atenção social e psicológica à terceira idade. Além disso, mantém estreitos laços com a confraria ora mencionada.

Relativamente às estratégias metodológicas utilizadas, merecem destaque: a) referente à pesquisa bibliográfica, priorizei as seguintes categorias e respectivos autores: sistemas de proteção social (DI GIOVANNI, 1998; 2009; ESPING-ANDERSEN, 1991; 1995; PEREIRA, 2011; 2013; WOLF; OLIVEIRA, 2016; 2017); trabalho (ANTUNES, 2005); cotidiano (HELLER, 1985; 1987; 1998); LEFEBVRE, 1973; 1991); associativismo (AVRITZER, 2007; KERSTENETZKY, 2006; LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006; VAZ, 2011); b) referente à pesquisa documental, examinei fontes do Instituto Galego de Estatística (IGE, 2018); da Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN, 2018); e um Relatório Técnico da FAO (2017). Nessa fase da pesquisa, tanto a documentação gráfica quanto a fotográfica em arquivos e acervos públicos foram muito importantes. O conjunto de fotografias autorais foi fundamental à compreensão daquela dinâmica societária desconhecida em que eu adentrava; c) referente à pesquisa de campo ocorrida na província de Pontevedra, nos municípios de Pontevedra, Poio e Combarro, nas paróquias de Poio: San Juan, San Salvador, Combarro, Samieira e Raxó, utilizei vários instrumentos e técnicas, conforme a seguir.

O trabalho de campo durou cerca de seis meses. Havia planejado a realização de observação flutuante (PÉTONNET, 2008; GOLDMAN, 1999) e entrevistas semiestruturadas, porém essa estratégia de produção de dados empíricos foi ampliada e enriquecida. No transcurso da pesquisa de campo, com inspiração em Martins (2013), agreguei outras estratégias, a exemplo de conversas informais com “pessoas comuns” com quem contatei em estradas, ruas, parques, museus, igrejas, praias, associações e até em residências. Procedi muitas anotações de campo, as quais, juntando-se ao recurso da fotografia, foram imprescindíveis quando necessitamos fazer alguma triangulação de dados (MINAYO, 2010).

De acordo com Pétonnet (2008), a observação flutuante é adequada às especificidades e complexidades do meio urbano, em que limites geográficos, morfológicos e culturais são indefiníveis e interpenetráveis. Segundo

compreendemos, no entanto, sua utilização pode ampliar-se para muitos outros contextos e, desse modo, para aquele no qual nos inserimos como pesquisadora.

Realça-se que as peculiaridades da linguagem fotográfica junto ao exercício da observação flutuante propiciaram uma compreensão mais clara daquela realidade até então desconhecida. Destaco, sobretudo, que o uso da fotografia diz respeito também à sensibilidade e ao desafio da reflexão sobre a polissemia dos discursos, pois a imagem se expande para além do que é visto “pelo fotógrafo e pela fotografia”. Possibilita reconhecermos diversas facetas de realidades socioculturais, e compreendermos melhor o dito e o “não-dito” pelos nossos interlocutores. Como psicóloga, busquei pensar na ideia de que a arte e a fotografia podem ser protetivas e curativas.

No entendimento de Walter Benjamin (1985; 2012), ao se referir ao comportamento de poetas e intelectuais do fim do século XX que observavam de forma crítica os passantes em meio à multidão parisiense, a fotografia revela algo oculto à visão. Conforme nos diz o autor em “Pequena história da fotografia”, “só a fotografia revela esse inconsciente óptico, como só a psicanálise revela o inconsciente pulsional”. E acrescenta: “A natureza que fala à câmera não é a mesma que fala ao olhar; é outra, especialmente porque substitui um espaço trabalhado conscientemente pelo homem, um espaço que ele percorre inconscientemente” (BENJAMIN, 1985, p.100). E segue enfatizando a importância da “mão humana” no ato de fotografar.

Apostei com Benjamin (1985) que a fotografia não revela somente aspectos daquilo que ele nomeia “inconsciente óptico”, por se tratar de uma linguagem que extrapola as palavras ditas. Foi por meio do nosso próprio “ensaio fotográfico” – juntando-se à observação flutuante, às entrevistas e às conversas informais – que as falas dos/as nossos/as interlocutores/as mais ecoaram seu cotidiano de trabalhadores/as do mar.

Segundo afirma Barthes (1985, p. 35), o interessado pela fotografia diz respeito ao interessado por “sentimento”, e acrescenta: “A pressão do indizível que quer se dizer”. Ou seja, o interesse do fotógrafo não é pela foto tirada, mas pela fotografia que se torna o objeto de desejo.

O livro “O imaginário e o poético nas Ciências Sociais” traz um capítulo de Brandão (2005) intitulado *Escrito com o olho – anotações de um itinerário sobre fotos, palavras e ideias*, no qual o autor retoma o tema da visualidade, reafirmando a presença sutil ou explícita da imagem fotográfica em seus próprios registros de pesquisa. Sobre o ato de fotografar, ele diz: “De onde quer que se parta, sempre em algum momento se deve chegar ao rosto”. Realçamos, com base na obra ora referida, o pioneirismo de Brandão ao seguir sua acuidade visual como atividade alternativa e paralela à da pesquisa. Aos poucos, firmou sua experiência de uma antropoética, capaz de equilibrar palavra e imagem. Posteriormente, voltou-se para a solidão dos rostos – “o lugar mais belo e misterioso disto a que damos o nome de cultura”. Ao pensar as fotos para muito além da ilustração, invoca a possibilidade de “gerar trabalhos de uma antropologia do devaneio, equilibrando beleza, sensibilidade e sentimento”.

Entrevistei homens e mulheres trabalhadores/as do mar – mariscadores, pescadores e marinheiros⁶ vinculados à referida confraria e ao Centro de Serviços Sociais de Poio/Pontevedra sem restrição de idade, sexo, raça e nacionalidade. Observei, cuidadosamente, os aspectos éticos da pesquisa social, entre os quais a reserva aos participantes do direito de não serem entrevistados, mesmo em casos de já terem iniciado a pesquisa. As entrevistas foram individuais, gravadas mediante permissão prévia de cada pessoa entrevistada, e foram efetuadas em local apropriado e horário previamente agendado, de forma voluntária.

Ainda na Galícia, no período preparatório de retorno ao Brasil, traduzi para o português o material empírico – sobretudo as entrevistas – produzidas em língua galega. Para tanto, contei com a ajuda de familiares e amigos brasileiros que residem na Galícia desde 2009.

6 Existem várias especializações e categorias dentro dessa profissão e a certificação obedece a regras estabelecidas internacionalmente.





Mariscadores/as concentrados em grupo em dia de trabalho



Praia no início da jornada de trabalho de mariscadores/as



Mariscadores/as trabalhando no inverno galego



Local de armazenamento dos equipamentos de trabalho de mariscadores/as



Nasas (instrumentos de pesca) / Praia de Combarro



Mariscadora realizando o trabalho de seleção de “ameixas galegas”



Pesquisadora usando calçado adequado para acompanhar o trabalho de mariscadores/as



Província de Pontevedra

Pontevedra



Confraria San Telmo / Pontevedra



Centro de Atendimentos de Serviços Sociais - Poio/Pontevedra





Capítulo 5

Aprofundando Concepções Teóricas: proteção social

Mar Português

*Tudo vale a pena se a alma não é pequena
Quem quer passar além do Bojador tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas é nele que espelhou o céu.*

(Fernando Pessoa)

Ao chegar no Brasil, relatei dados e informações produzidos no trabalho de campo realizado em Pontevedra, o qual foi discutido coletivamente com outros pesquisadores e doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UECE em seminário promovido no âmbito da pesquisa intitulada Políticas públicas e efetividade das instituições participativas: permanências e mudanças.

As trocas e contribuições recebidas nesse seminário, tanto pelos integrantes do referido grupo quanto pela supervisão do Pós-Doutorado sobre esses dados e informações produzidos em campo, me conduziram a intensificar o aprofundamento das leituras realizadas anteriormente à viagem, conforme já mencionei. Motivaram também a efetuar novas leituras com o intuito de refinamento de conceitos, e sobretudo para me aproximar mais das concepções de sistemas de proteção social, aspecto indispensável para compreender sua importância nas vidas cotidianas dos/as interlocutores/as da pesquisa.

Pretendeu-se, desse modo, também intensificar o exercício de interdisciplinaridade, ao entendê-lo como indispensável a todos quantos tencionam analisar ou avaliar políticas públicas.

Sistemas de proteção social⁷

Para fins da pesquisa em discussão, os sistemas de proteção social foram definidos como o conjunto de mecanismos legais e institucionais que visam proteger parte ou o conjunto de membros de uma mesma sociedade diante de adversidades enfrentadas ao longo da vida. Trata-se de um conjunto de mecanismos que expressam valores de solidariedade decorrentes de processos sociais e históricos nos quais se desenvolvem meios para garantir a subsistência como grupo. Implica, pois, pensar sobre o bem-estar dos integrantes da sociedade (DI GIOVANNI, 1998).

Realço as estreitas relações entre proteção social e políticas públicas (DI GIOVANNI, 2009). Para este autor, a institucionalização dos sistemas de proteção social implicou a criação de políticas públicas sociais no contexto de adoção do ideário keynesiano pelo Estado ao adquirir um caráter regulador da vida social. Como acrescenta o autor, fatores de natureza cultural que impelem a reações de amplos segmentos societários diante da desestruturação e/ou reconfiguração do Estado de Bem-Estar Social se encontram nas bases da formulação de novas demandas sociais relacionadas a formas de desigualdades e busca por reconhecimento.

No passado a proteção social foi exercida por instituições não especializadas e à medida que se institui uma nova ordem social, no decorrer do processo de industrialização, aquele “amparo social” antes propiciado exclusivamente pelo núcleo familiar e/ou comunitário mostra-se insuficiente para lidar com as expressões da questão social, exigindo das instituições modernas uma postura em face das novas necessidades e demandas. Em contextos de tal natureza, a proteção social pública tem o intuito de enfrentar as situações que impedem o trabalhador de suprir a própria subsistência por meio do trabalho (DI GIOVANNI, 1998).

Contemporaneamente, as desigualdades geradas por processos globais em quase todos os países do mundo impeliram a Organização In-

7 Ver: MORAES, Wecia Muallem Sousa de; ASSIS, Ângela Elizabeth Ferreira de. Reflexões sobre sistemas de proteção social e suas relações com as políticas públicas no Brasil e na Espanha: algumas semelhanças e diferenças. In: FARIAS, Liduina Almeida da Costa (Org.). **Interfaces socioestatais da participação**: ensaios sobre políticas públicas e proteção social. Fortaleza: EDMETA, 2021.

ternacional do Trabalho – agência multilateral da ONU – a propor mudanças conceituais paradigmáticas à proteção social, de modo a incluir a preservação da dignidade humana, a justiça social e o desenvolvimento sustentável. Ao nosso ver, essas mudanças não alteraram substancialmente a conceituação de Di Giovanni, ao contrário, elas produzem uma ampliação ao conceito à medida que incluem aspectos indispensáveis à vida humana em sociedade.

No entanto, de acordo com dados publicados em relatórios da referida agência, menos de trinta por cento da população mundial dispõe de sistemas públicos de proteção social abrangentes e poucos países incluem o conjunto completo de prestações, ou seja: desde prestações familiares e por crianças até pensões de velhice. Ademais, ultrapassa quatro bilhões o número de pessoas sem acesso a qualquer tipo de proteção social (OIT, 2017; 2021a; 2021b).

Atualmente, a OIT utiliza o conceito de proteção social ou segurança social para expressar o conjunto de mecanismos contributivos e/ou não contributivos para realizar o direito humano à segurança social e garantir a proteção contra os seguintes aspectos:

A falta de rendimentos relacionados com o trabalho (ou os rendimentos insuficientes) em resultado de doença, incapacidade, maternidade, acidente de trabalho ou doença profissional, desemprego, velhice ou morte de um membro da família; a falta de acesso, ou o acesso incomportável, aos cuidados de saúde; o apoio familiar insuficiente, especialmente para crianças e adultos dependentes; a pobreza geral e a exclusão social (OIT, 2021a, p.11).

Até chegar a esta convenção, um longo caminho foi percorrido, como é possível compreendê-lo se localizarmos protoformas da proteção social, de natureza mais punitiva que protetiva, a exemplo das velhas Leis dos Pobres, vigentes na Inglaterra, entre 1536 e 1601. Porém a constituição dos diferentes sistemas de proteção social somente ocorreu no século XIX, depois de muitas resistências e mobilizações sociais. Nesse século, a proteção social com as devidas garantias legais passa a se respaldar em obrigações jurídicas

que impõem ao Estado moderno a responsabilidade de prover recursos fundamentais para a sobrevivência de seus cidadãos.

Desde então, suas definições são fortemente vinculadas às ações e programas institucionalizados e executados pelo aparato estatal, o qual, ao reger diferentes instâncias da vida dos cidadãos, pode garantir e promover certo bem-estar da população, na perspectiva de inclusão social de segmentos sociais que “vivem do trabalho” (ANTUNES, 2005)⁸.

Ao admitir a existência de estreitas relações entre proteção social e políticas públicas, admito também que tais relações se modificam em consonância com os contextos históricos e socioeconômicos das diferentes sociedades. Os sistemas públicos de proteção social e as políticas públicas que os expressam se fortalecem ou se restringem de acordo com o Estado. Este se define como condensação material de correlações de força (POULANTZAS, 1990), evidenciando, porém, sua pluridimensionalidade e sua condição atual como “Estado de crise” (BAUMAN; BORDONI, 2016).

Com a dinamização dos processos globais, conforme atesta a pesquisa de Esping-Andersen (1995), ocorreram mudanças significativas nos Estados de Bem-Estar Social. Todos os países pesquisados por este autor foram obrigados a cortar benefícios e introduzir medidas de flexibilização embora utilizando estratégias diferenciadas segundo os blocos de países e continentes⁹. Daí, no meu entendimento deve ser relativizada a concepção de regimes de bem-estar social nas modalidades classificadas por Esping-Andersen (1991) como liberal-residual, corporativista-conservador e social-democrata-redistributivo, pois as condições sócio-históricas dos diferentes Estados implicam modalidades diversas de sistemas públicos de proteção social.

Em direção semelhante à de Wolf e Oliveira (2016), conforme compreendo, a proteção social se relaciona a diferentes perfis de políticas pú-

8 Classe mais fragmentada, mais heterogênea e mais complexificada do que aquela que predominou nos anos de apogeu do taylorismo e do fordismo” (ANTUNES, 2005, p. 52).

9 A pesquisa levou em consideração “O futuro do *Welfare State* na Europa Ocidental, América do Norte, Austrália e Nova Zelândia, mas também as tendências de desenvolvimento na Europa Oriental ex- comunista, Leste da Ásia e América Latina” (ESPING-ANDERSEN, 1995, p.75).

blicas, especialmente as econômicas e as sociais, a depender das relações de poder entre grupos sociais em circunstâncias históricas específicas.

Com fundamento em Di Giovanni (2009), estes autores esclarecem que as políticas sociais e econômicas reúnem os principais instrumentos por meio dos quais o Estado é capaz de assegurar [ou não] as condições materiais de atendimento às demandas direcionadas às necessidades fundamentais dos indivíduos. Mais especificamente, as referidas políticas condicionariam a capacidade dos indivíduos de obter um rendimento e de convertê-lo em um conjunto de bens e serviços essenciais. Se as condições sócio-históricas da proteção social variam de uma a outra sociedade em função dos papéis assumidos pelo Estado, os sistemas de proteção social são produtos de uma dinâmica de relações que ocorrem entre o Estado, a sociedade e o mercado, por meio dos respectivos atores sociais, portanto, também, sua subjetividade e cultura.

As experiências de proteção social pública agrupam-se em duas perspectivas: o modelo bismarckiano, consolidado em 1883 na Alemanha, cuja conotação estreita de seguro social estabelece formas de proteção social condicionada a uma contribuição por parte dos trabalhadores; e o modelo beveridgiano, instituído em 1942, no Reino Unido, o qual estabelece um modelo de proteção social abrangente, unificado e simples, que considera os direitos como universais e destinados a todos os cidadãos, incondicionalmente, sem contribuição prévia (BEHRING; BOSCHETTI; 2011).

Estes modelos não são excludentes e nortearam a consolidação da proteção social em diversos países. Como alertam as autoras, é possível que dentro de uma mesma sociedade, no mesmo período, haja modalidades distintas de proteção social articuladas em atuação diante das demandas sociais. No caso do Brasil e da Espanha, é possível identificar formas de regulação que envolvem tanto a perspectiva bismarckiana quanto a beveridgiana, ou seja, dentro de um mesmo sistema, encontramos modalidades contributivas e não contributivas.

Com base na linha beveridgiana, os mínimos sociais adquirem conotação mais abrangente, incluindo políticas de manutenção de renda e ou-

tros mecanismos adicionais de proteção social, tais como: serviços sociais universais (saúde e educação), proteção ao trabalho e garantia do direito ao acesso a bens e serviços. Instituiu-se também a prevenção ou anulação de todas as ameaças ao rendimento regular dos indivíduos, como doenças, acidentes de trabalho, morte, velhice, maternidade e desemprego.

Tornou-se consenso que entre 1920 e 1930 houve a “fase de ouro” das políticas de proteção social na Europa. Porém, de acordo com Pereira (2011), nos anos 1970, devido ao baixo crescimento econômico e à inflação nas sociedades capitalistas industrializadas, essa concepção de proteção social e a extensão das políticas sociais como direitos foram alteradas, em virtude de uma crise financeira no sistema de seguridade social de inspiração Beveridgiana. Essa crise foi utilizada por segmentos conservadores na disseminação da ideia de crise de governabilidade em decorrência da elevação dos “gastos sociais”.

Em síntese, foram muitos os processos que, ao longo dos séculos, moldaram as práticas sociais e as teorizações sobre os sistemas de proteção social pública. A própria noção de humanidade seria transformada no acontecer de processos sociais e históricos. Desde suas protoformas, a proteção social e sua devida provisão passam por momentos de expansão e/ou contração, a depender das circunstâncias sociais e políticas dos respectivos contextos, mesmo na vigência das instituições modernas. Ressaltamos, contudo: urge a necessidade de nos colocarmos atentos às concepções e condições sociais que podem ser fatores “propulsores” ou “repressivos” da proteção social pública, como destaca Pereira (2011).

Ao pontuar algumas expressões do sistema de proteção social da Espanha, é possível situá-lo com mais clareza, posteriormente ao “regime de Franco”, levando em conta aspectos sociais e políticos (ABRÃO, 2010; McDONOUGH et al., 1992).

Nessa perspectiva, circunstâncias excepcionais, como a transição democrática na década de 1970, teriam possibilitado certa sofisticação do sistema de proteção social, pois a emergência de atores sociais e políticos favoráveis à democracia ocasionou “uma inversão da correlação de forças em favor dos grupos favoráveis a um projeto em que o Estado assumisse um papel mais

contundente no atendimento das necessidades fundamentais individuais” (WOLF; OLIVEIRA, 2017, p. 23).

Com fundamento em Judt (2008), conforme esclarecem esses autores, até então, a população desse país era sobretudo rural, a economia gerava produtos primários e importava os demais produtos de que necessitavam de países vizinhos mais ricos. Neste cenário, segundo Wolf e Oliveira (2017), a concentração da riqueza de alguns poucos explicitava sociedades profundamente heterogêneas e era mínima a possibilidade de movimentos direcionados a uma maior solidariedade referente à criação de um sistema público de proteção social, sem que até então se verificassem circunstâncias excepcionais, como a transição democrática. Haveria, até então, uma focalização das políticas públicas na população miserável e pobre, bem como em outros grupos em situação de vulnerabilidade; cabia às demais parcelas populacionais recorrer a outras formas de provisão.

A restauração da democracia na Espanha, após mais de três décadas e meia do regime franquista, ocasionou transformações em todas as esferas da vida social, entre outros aspectos, realçando-se a extensão dos serviços públicos, o Estado de Bem-Estar e a inclusão na Comunidade Econômica Europeia. A Constituição espanhola é esclarecedora a respeito das relações entre Estado e sociedade no contexto da redemocratização, como, por exemplo, a atenção dada à proteção social pública, conforme se lê em seu terceiro capítulo que trata “De los principios rectores de la política social y económica”:

Artículo 39. 1. Los poderes públicos aseguran la protección social, económica y jurídica de la familia. 2. Los poderes públicos aseguran, asimismo, la protección integral de los hijos, iguales éstos ante la ley con independencia de su filiación, y de las madres, cualquiera que sea su estado civil. La ley posibilitará la investigación de la paternidad. 3. Los padres deben prestar asistencia de todo orden a los hijos habidos dentro o fuera del matrimonio, durante su minoría de edad y en los demás casos en que legalmente proceda. 4. Los niños gozarán de la protección prevista en los acuerdos internacionales que velan por sus derechos.

Artículo 40. 1. Los poderes públicos promoverán las condiciones favorables para el progreso social y económico y para una distribución de la renta regional y personal más equitativas, en el marco de una política de estabilidad económica. De manera especial realizarán una política orientada al pleno empleo. 2. Asimismo, los poderes públicos fomentarán una política que garantice la formación y readaptación profesionales; velarán por la seguridad e higiene en el trabajo y garantizarán el descanso necesario, mediante la limitación de la jornada laboral, las vacaciones periódicas retribuidas y la promoción de centros adecuados (ESPAÑA.CONSTITUCIÓN ESPAÑOLA, 1978).

As relações entre Estado de Bem-Estar Social, sistemas de proteção social e políticas públicas evidenciam mudanças ocorridas em todos esses âmbitos, em consequência de estratégias globais. Boschetti (2012) refere uma corrosão nesses sistemas e considera que a Espanha se inclui entre países europeus nos quais predomina a lógica bismarckiana dos seguros, mas neles ocorre uma fragmentação, ao atribuir-lhes um tipo de direito social fortemente estruturado em torno da organização do trabalho e por regimes profissionais, diferenciando, desse modo, as prestações sociais, que terminam reproduzindo a estrutura salarial. Como acrescenta a autora, esse sistema visa a manutenção “da renda dos trabalhadores em momentos de risco social decorrentes da ausência de trabalho” e “as prestações monetárias e os serviços de saúde se destinam principalmente aos trabalhadores assalariados contribuintes (e às suas famílias), e seu montante é proporcional à contribuição efetuada” (BOSCHETTI, 2012, p. 761).

Ao se referir aos países meridionais do Sul da Europa, entre estes, a Espanha, a autora realça o predomínio da lógica do seguro, no entanto considera que os sistemas de proteção social apresentam características que os diferenciam em relação a outros países do continente europeu, tais como:

As aposentadorias representam a maior parte das despesas e são bastante diferenciadas entre os regimes, priorizando os funcionários públicos, reduzida cobertura do desemprego, pouca ênfase nas prestações familiares, e restritos programas de transferência de renda assistencial,

sistemas de saúde universais e gestão estatal, com menos participação de empregadores e empregados (WITHEFORD, 2006 – apud BOSCHETTI, 2012, p. 762).

São características comuns, de acordo com esta autora, a regulação do mercado com intervenção do Estado e a universalidade dos sistemas públicos de proteção social. Para Wolf e Oliveira (2017), nos sistemas de proteção social em que a autoridade prevalece sobre a troca e a tradição, a noção de cidadania prevalece sobre as noções de contrato e de caridade. Também como afirmam, a proteção da dignidade humana não tem preço, não é negociável e não depende da benevolência de altruístas.

No entanto, a partir de determinadas circunstâncias internas a tais países, entre estes a Espanha, as autoridades europeias exigiram rigoroso ajuste fiscal. O referido ajuste passou a subordinar o acesso desses países aos mecanismos de resgate adotados para evitar que uma crise de liquidez se convertesse em uma crise de solvência. Mesmo assim, esse processo acarretou o desajuste das contas públicas, restando afetados seus sistemas de proteção social.

Conforme acrescentam os autores, a situação se tornou ainda mais grave diante do aprofundamento da crise que atingiu o continente europeu em 2008. Desde a criação do euro, os países da Europa meridional receberam recursos dos países mais ricos da Europa, os quais passaram a admitir que eles próprios estariam sujeitos a menores riscos.

Capítulo 6

Narrativas de Trabalhadores e Trabalhadoras do Mar

1. “Filhinha”, comecei a trabalhar ainda muito juvenzinha. Quando me separei do meu marido tive que trabalhar mais e mais para criar meus filhos. Eu sou do tempo que era necessário atravessar o rio ou a maré para mariscar. Uma vez fui trabalhar com as minhas companheiras, e quase morremos afogadas. Não se brinca com a mãe natureza. O barco virou e fomos salvas por marinheiros que passavam em outro barco. Foi um dia difícil. A vida do mar é dura, é muito bonita e preciosa. Mas é muito dura na verdade. Eu não podia parar de trabalhar. Chegava em casa depois de mariscar o dia todo e ainda tinha que cuidar dos meus filhos, alimentar e cultivar minha hortinha. Todos os trajetos para o trabalho eram feitos a pé. Inverno ou verão, não tinha como escolher. Tive algumas vezes doenças no pulmão, principalmente no período do inverno. O inverno é largo e duro. Lutei muito para criar filhos e netos. O que eu ganhava mariscando eu investia tudo na família. Somos de uma época que não tinha controle de pesca e nem a ajuda como os/as mariscadores /as têm hoje. Eu e minhas companheiras fomos para o mar e mariscava de forma livre, por horas de trabalho. Tudo o que conseguíamos no dia íamos vender na “lonxa”. Quanto mais se pegava “berberechos” e ameixas do mar, mais ganhávamos dinheiro. Era um trabalho realizado em grupo e uma companheira ajudava a outra. Nosso trabalho foi muito importante e eu fui muito feliz trabalhando no mar. Cumpri com os dois: o mar e a família. Nós, ajudamos a construir a história de Galícia. Nós, as mulheres do mar! O mar é respeito!

Mariscadora e agricultora

2. Por muitos anos a seguir busquei um trabalho e aí fui me meter com os mariscos. Não havia outra oportunidade. Não sabia o que fazer para não ir ao mar. Outras mães dependem do seu trabalho para criar os seus filhos. Ou mesmo ajudam aos seus companheiros. Hoje buscamos a permissão/carnê para trabalhar como mariscadora. O trabalho é muito duro. Apesar das conquistas que obtemos, ainda é um trabalho muito duro. São muitas horas na mesma posição. Mas não posso rejeitar, é assim que eu ganho a vida. Sempre fiquei muito cansada com a carga de trabalho duro. Não sabia como estava no outro dia, como ia despertar. Muitas famílias dependem da captura de mariscos. Tem que dar de comer aos filhos e algumas vezes em horas livres cuidar da horta e fazer outras atividades de casa. Pagamos os nossos impostos. Dói na alma. Não se pode dar licença a todas para trabalhar em mar. Podem faltar mariscos de qualidade no mar de Galícia com tanto desperdício hoje em dia. O mar é cuidado!

Mariscadora

3. Desde juvenzinha já aprendia o ofício de mariscar. Antigamente as mulheres não podiam ir ao mar aberto em uma embarcação com os seus maridos ou trabalhadores do mar. Elas ficavam em terra e se encarregavam de cuidar dos filhos, dos doentes, das comidas, da terra. Quando não tinha uma atividade em casa, corria para mariscar e já voltava para casa. Hoje há muitas confrarias que ajudam a gente do mar. Não foi sempre assim. As mulheres sempre buscaram o mar para trabalhar e lutaram no mar para sustentar a família. As mulheres de pescadores nunca foram reconhecidas profissionalmente, nem com seguridade social e nem nada. Sempre estiveram nos pesqueiros junto do marido, mas nunca eram reconhecidas como trabalhadoras do mar. Nós sempre estivemos perto do mar fazendo alguma atividade. As mulheres de Galícia são mulheres do mar. O mar é das mulheres!

Mariscadora

4. *Trabalhei desde os meus 8 anos acompanhando as mulheres da minha família. Foi quando descobri o marisqueiro. Quando fui crescendo assumi a profissão de mariscadora. No começo mariscava livre, sem nenhum controle. Eu ia para o mar mariscar e depois ia vender os mariscos na “lonxa”. Não pagava impostos. Passei alguns anos assim: trabalhava como autônoma. Com o tempo fomos adquirindo mais direitos. Me aposentei há nove anos e tenho uma aposentadoria de 700 euros. Minha vida não foi fácil. Após a Segunda Guerra Mundial meu marido emigrou para a Alemanha, fiquei em Galícia cuidando da casa, do campo e dos meus filhos. Ele retornava quando era possível. Fui trabalhar então no mar e na terra (mariscando e plantando). O que ganhamos durante esses anos foi investido em alguns imóveis pequenos no meu povoado, perto de casa. Bom, criei meus filhos, e hoje tenho minhas netas. No momento eu vivo aposentada cultivando minha horta no quintal de casa. Para mim, foi um prazer trabalhar na pesca e no campo. Tenho muito orgulho de ser uma mariscadora. Mar é vida!*

Mariscadora e agricultora

5. *Olha “tica”, todas as mulheres do mar deveriam ser importantes em Galícia. Eu e minhas companheiras lutamos muitíssimo. Estudei pouco e quando larguei o colégio fui trabalhar no mar. É uma vida muito produtiva para quem vive do mar. A Ria tem muitos pescados diferentes, muita qualidade. Isso depende da Ria também, claro. Algumas têm mais qualidade que outras. Sempre temos que pescar um marisco fresco e de boas condições para comer. Devemos depurar o marisco para chegar à mesa limpo. Primeiro deve depurar o marisco para retirar todas as bactérias do mar para não fazer mal ao corpo humano. Por isso, faz a depuração nas “lonxas” e depois se põe à mesa. Somos muitos em mar de Galícia: pescadores, mariscadores, depuradores e cozinheiros. Cada um faz o seu trabalho. Um trabalho incrível. Mar é luta!*

Mariscadora

6. *Penso que essa geração tem que entender de onde veio o dinheiro e a riqueza da Galícia, 10% do PIB da Galícia vem da pesca, ou seja, do trabalho, porque o mar sozinho não vai deixar os peixes nos restaurantes. Trabalhei no mar e hoje coordeno um grupo de mariscadoras [...]. Algumas não gostam de compartilhar suas vidas. São muito fechadas, outras falam mais de suas vidas e suas dificuldades, nem sempre temos o espírito de união e cooperação. Não observamos as mulheres mariscadoras bebendo e fumando tanto quanto os homens. São muitas enfermidades em mulheres mariscadoras: dores articulares, fibromialgia, doenças reumatológicas, ortopédicas, lesão por esforço repetitivo (L.E.R.), alcoolismo, câncer de pele, depressão e outras doenças.*

Mariscadora

...

7. *Eu trabalhei muito tempo como mariscadora, sou filha e neta de mariscadoras. Eram mulheres fortes que me ensinaram o que é ser uma mulher forte. As galegas são mulheres trabalhadoras, são fortes.*

Mariscadora

8. *Eu e meu marido fomos mariscadores por toda a vida, ele foi meu primeiro namorado, casamos na adolescência e tivemos três filhos que não quiseram seguir nosso trabalho no mar. O nosso sustento foi do mar. Meu marido sempre teve um sonho de residir em frente ao mar. Com muitos anos de trabalho compramos um terreno e construímos nossa casa aqui de frente para o mar. Conseguimos dar estudo aos nossos filhos, tudo com o dinheiro de mariscadores. Vivíamos numa época em que o mar era nossa maior riqueza, cuidávamos e respeitávamos o mar. Hoje usam o mar sem cuidado, jogam tudo de ruim nele. Essas grandes empresas jogam seus venenos no mar e poluem tudo. Converso com meu marido sobre o futuro da pesca em Galícia. Se não cuidarmos do mar, no futuro não teremos*

mais nossas riquezas. Agora só querem ganhar dinheiro e nada de cuidar do mar. Na época das marés boas eu ia com meu marido mariscar e deixava meus filhos com minha mãe. Era bom porque tinha o apoio dele ao meu lado. Sempre participei das festas de Nossa Senhora do Carmo no mar, das festas de gastronomia com a família. Nos momentos de folga de mariscar fazia trabalhos manuais e plantava e colhia da minha hortinha em casa. Todos os direitos e benefícios que adquirimos me fez muito contente. Foram anos de luta. Não temos muitos bens materiais, mas realizamos o sonho de construir e morar em frente ao mar. Foi um sonho realizado. Mar é união!!!

Mariscadora

9. A gente trabalha e vai pensando no futuro também. A gente quer chegar a isso[...] melhores equipamentos de trabalho, melhor barco[...] reformar a casa, dar o melhor para a família. O marinheiro deve acreditar no que faz, para sobreviver e viver da pesca. Acreditar que pode viver da pesca. Sempre vi os maiores planejando as coisas no mar. Marinheiro tem que ter ideia para trabalhar a vida no mar. Saber que sem o seu trabalho ele não existiria. A gente sabe que é a pesca quem permite criar os filhos, educar, alimentar. Passo horas no mar, me alimento e já volto ao trabalho. A rotina é muito dura, tem que ser forte. Não dá para ficar sem fazer nada. Quando volto para a terra é esquisito, estou acostumado ao mar, me sinto livre e quero produzir muito. Outra coisa, devemos respeitar o mar. Já perdi muitos companheiros do mar porque não respeitaram as condições do mar e por querer ganhar mais, eles se arriscaram ao mar e morreram. É muito ruim perder amigos do mar. Deixam suas famílias desamparadas. Vão ao mar e podem não voltar vivos. Nós marinheiros somos viciados em trabalho e ao mar. É a nossa segunda casa. Dia e noite vivendo em águas. Quando estou na terra descansando já sinto vontade de voltar ao mar. Participo das festas de Carmem e das festas de gastronomia de Galícia. Os marinhei-

ros sempre tiveram mais benefícios que os mariscadores. Hoje creio que estamos iguais em benefícios. Muitos de nós precisamos viajar o mundo, já conheci muitos portos e viajei bastante. Tenho certeza de que a minha família sente a minha falta. Mar é trabalho!

Marinheiro

...

10. Em muitas décadas os sistemas de pescas artesanais e a necessidade de viver em harmonia com o mar foram prioridades em Galícia. A pesca industrial fez com que as pescarias artesanais fossem suspensas ou mais escassas. Se permanecer assim, os velhos pescadores vão morrer e os mais jovens não vão querer buscar trabalho no mar. Nós pescadores somos os cuidadores do mar. Os pescadores artesanais empregavam uma pesca que fosse suficiente para manter a economia da costa. Isso vem mudando com o tempo e com as consequências de uma pesca sem controle, sem limites. Perdemos a noção de respeito pelo mar.

As exigências do mercado e do consumo sem controle colocam em perigo as nossas espécies e a própria pesca. Muitas vezes colocam no mercado espécies não nutritivas, com a presença de conservantes. Se encontra de tudo nos frigoríficos, produtos com e sem qualidade. São pescados sem qualidade. A pesca ao longo dos anos está mudando e quem perde é o meio ambiente, o pescador artesanal e o mariscador, todos estão perdendo o seu valor na pesca. Preservar as espécies é importante. As pescas artesanais podem desaparecer com o tempo se não adotarmos o mesmo objetivo de preservação. Os pescadores e mariscadores dependem do ecossistema para sobreviver e cuidar da família. Com o tempo terá uma escassez de capturas de espécies do mar.

Temos que pensar na sustentabilidade e na responsabilidade, o mar é nosso e estamos perdendo. O que vai sobrar de espécie, isso não sabemos ainda. Devemos conservar a pesca fresca do dia, é mais saudável e conserva o ecossistema. Nós mariscadores e pescadores respeitamos o meio ambiente. É diferente a pesca industrial

da pesca artesanal. Existe muita pesca ilegal, isso é crime contra a natureza. Todos nós vivemos exclusivamente do mar, tudo vem do mar. Nossa vida é o mar. Devemos pescar menos e proteger mais as espécies. No passado cuidávamos mais do mar, tínhamos mais consciência e respeito. Não dá para disputar a pesca artesanal com a pesca industrial. O correto são as pessoas buscarem ver a qualidade do produto que vão comprar e consumir. Peixe fresco é diferente do peixe congelado. Devemos consumir o peixe de cada época. O mar mostra isso, e não obedecemos a ele. A pesca deveria ser sustentável, se não vai acabar em pouco tempo. As espécies do mar estão acabando. Isso é um perigo para todos nós. Todos sofrem: economia local, meio ambiente, comunidades locais, pescadores, mariscadores, famílias galegas. A ordem seria comprar e comer o pescado do dia ainda fresco na mesa. Isso deveria ser um direito dos galegos. São de todos os direitos e a pesca artesanal é uma prática sustentável. Essa prática é uma conservação de nossa história de vida. Nós galegos somos um povo do mar.

Para além do mar, tenho minha hortinha e minha família já criada com o dinheiro da pesca.

O mar para mim é alma, é vida, é sentido de viver!!!

Pescador

11. Dedico-me ao cultivo de mexilhões. Nós temos que observar as correntes e as águas. A temperatura da água deve estar em média entre 14 e 16 graus para o cultivo. Oscila a temperatura, é claro. Os cultivos dos mexilhões são assim: eles se agarram nas cordas para se multiplicarem. Antigamente eram cultivados em cascos de barcos. Havia muitos barcos afundados e a produção era grande. Tem muitos produtos do mar bons em toda a Galícia. Hoje existem máquinas para selecionar os mexilhões nas “bateas”. Os mexilhões têm muitos nutrientes e são ricos para o consumo. Eles são uma expressão da riqueza do mar de Galícia. Sustento minha família com o meu trabalho. Temos que trabalhar de forma correta, superar a dor,

a luta e o cansaço do dia. Então, temos sucesso no mar. Milhares de famílias vivem do mar. Há trabalhos ilegais que devemos combater porque podem afetar o futuro do mar e a qualidade dos mariscos das Rias Baixas e do mundo. Não podemos esquecer que a maré muda no mar. Como uma onda, está por cima e por baixo. É a vida do mar[] Mar é não se “comer vivo”. Mar não é disputa!

Pescador e criador de mexilhões

12. Meu pai me ensinou a pescar, desde criança. Ele foi um grande homem. Um homem do mar. Devemos nosso trabalho aos marinhos mais antigos, eles nos ensinaram muito: avô, pai, amigos e familiares. Sempre foi assim, aprendemos com os ancestrais. Ouvia e via meu pai, fui aprendendo a arte da pesca. A pesca é trabalho. Muitas coisas mudaram, mas a base da pesca é a mesma.

Pescador

13. Sempre falo que devemos evitar práticas abusivas ao mar, será muito mais rentável pra nós: pescadores e consumidores. Hoje em dia se vende muito pescado congelado nos frigoríficos. Os consumidores comem mais pescados congelados do que frescos. Se vê mais pescado industrializado que o pescado artesanal. Os pescados industrializados possuem muitos conservantes. As pessoas não sabem e não conhecem de onde vêm os pescados. Essa cadeia é importante para o consumidor. Eles devem ter a informação do que vão comer. Deveria ser um direito do consumidor. Outra coisa, as espécies podem variar com as marés, os pescados são selecionados por tamanho e qualidade. Isso é essencial para o consumidor. Os produtos do mar de Galícia têm qualidade, priorizamos a qualidade, isso é importante para nós galegos. É o nosso orgulho. Quem ganha é o consumidor final. Não devemos romper a cadeia de qualidade e provocar danos ao ecossistema marinho. Isso está acontecendo e a gente da costa pode ficar sem trabalho e sem futuro. O que vão fazer de suas vidas? Somos todos do mar e vivemos do mar. Sustentamos

nossa família do mar. Tudo o que construí na vida veio do mar. A pesca artesanal é importante porque gera emprego, renda. Muita gente viveu e vive disso em Galícia. Homens e mulheres criaram seus filhos, construíram casas, compraram carros e fizeram a vida por meio do mar. Não podemos destruir o mar. Somos uma família do mar e pescamos pescados frescos e cuidamos do meio ambiente para não acabar com o nosso futuro. Hoje disputamos com a pesca industrial. Sem dúvida que se não houvesse tanta pesca industrial teria mais peixes no mar de Galícia. Converso isso com meu pai, meus familiares e amigos da comunidade. A pescaria não é mais como antigamente. Perdemos o respeito pelo mar. O mar vai nos cobrar um preço. Os peixes estão escassos. Voltamos para casa com pesca ou sem pesca. Às vezes, trazemos muito pouco do trabalho no mar. Quem conhece as dores dos pescadores sabe do que eu estou falando. Deveríamos respeitar mais as leis do mar. Vivemos em comunidades pesqueiras e compartilhamos esses problemas igualmente. O futuro da pesca é proteger o mar. Quando não estou no mar, estou com a família. Os filhos também tomam muito o nosso tempo. Mar é lei, mar é respeito!

Pescador

14. Eu fui um marinheiro que viajou o mundo. Estive também nos mares do Brasil por um tempo. Gostei muito do Brasil: da cultura e do mar. Vi que o oceano é gigante, somos uns “peixinhos”, diante da grandeza do mar e por isso temos que respeitar. Eu sempre gostei da liberdade do mar e aprendi que a atitude faz um bom marinheiro. Faz a diferença no mar. Hoje se olha para o mar como águas lucrativas e competitivas para ganhar a vida. O espírito do marinheiro deve ser de equipe. Não podemos pensar só em nós. Nos momentos de descanso eu adorava olhar para as gaivotas pesqueiras, sabia que ali onde elas estavam comendo tinha muitos peixes. O que mais me alegrava nas minhas viagens e navegações era a possibilidade de conhecer outros mares, outros portos, outros países. Me deixava

muito triste retornar para casa. Uma filha nasceu e eu estava em viagens pelo mundo. Conheci depois de um tempo. Quando estava em casa bebia muito e isso trouxe problemas no meu casamento. Com a chegada da aposentadoria senti muita falta do mar e adoeci (lágrimas). Hoje tenho uma vida de aposentado em família - cuidam de mim- e guardo na memória as lembranças de um homem navegador. O mar é lembrança!

Marinheiro aposentado

Capítulo 7

O Mar é Tudo... O Mar é Vida...

Travessia

Navegar é preciso?

Viver é preciso?

Navegar é uma viagem exata com bússolas, GPS, âncoras...

Viver é uma viagem feita de escolhas.

Navegar é viver. Viver é (in)preciso.

Suportemos a travessia.

Coragem aos navegantes!

(Wecia Mualem)

Na desafiante análise com que me deparei, em decorrência da polissemia de cada narrativa, suas ambiguidades, paradoxos, contradições, silêncios, pausas, sorrisos, gestos, lágrimas, memórias, reminiscências e “não-ditos”, identifiquei entrecruzamentos de aspectos sociais e psicológicos/ subjetivos dos/as interlocutores/as. Na verdade, não seria possível separar os sujeitos da pesquisa e suas experiências de vida no convívio direto com o mar. No entanto, o esforço de análise se concentra nos aspectos sociais, embora eles sejam indissociáveis dos sujeitos que os constituem.

Começo por lembrar: em perspectiva quase vivencial (MARTINS, 2008) propiciada pela observação flutuante no mar, nas comunidades pesqueiras e no Centro de Serviços Sociais de Poio/Pontevedra percebi uma multiplicidade de tempos que parecem se entrecruzar no cotidiano. As muitas informações propiciadas pelo trabalho de campo, o exame de documentos oficiais e de organizações não governamentais reafirmam uma convivência de tempos distintos que remetem ao passado e ao presente.

Como é possível afirmar, com inspiração em Mayer (1990), as tradições culturais do passado longínquo ou recente de um país tão antigo quanto a Espanha convivem com inovações de várias ordens no tempo presente, sobretudo naquela Espanha profunda – na província galega de Pontevedra.

Entre os muitos exemplos que poderiam aqui ser citados, destaco as “antigas-modernas” confrarias de pesca, às quais se vinculam os/as interlocutores/as da pesquisa que deu suporte a este livro. Como diz Lorenzo (2019, p.2), remanescentes de mais de dez séculos, as antigas confrarias fundadas em princípios religiosos seriam hoje “las principales organizaciones representativas de los pescadores a pequeña escala y mariscadores de Galicia”, e têm como principais características [...] “o carácter autogestionario y el cumplimiento de los principios cooperativos” (Id. *ibid.*). Essas associações perpassadas pelo tradicional e o moderno são reveladoras de práticas associativas e formas de proteção social peculiares como exemplifica o regime específico dos trabalhadores do mar, pois, de acordo com Possato (2015), a seguridade social espanhola divide-se em regime geral de seguridade social e sete regimes específicos, quais sejam: autônomos, **trabalhadores do mar**, empregados domésticos, funcionários, agrários, mineiros de carvão e estudantes (destacamos).

A modernização das antigas confrarias transcorre diante das mudanças impelidas pela “globalização” como, por exemplo, a exigência de um padrão de produtividade no trabalho de pesca artesanal e, ao mesmo tempo, o controle da pesca em obediência aos objetivos de sustentabilidade do mar.

Realço, com apoio em Dalla-Nora e Sato (2020), que houve mudanças no regramento da pesca quando a Espanha passou a fazer parte da União Europeia em 1987 e, em consequência, aceitar as diretrizes do bloco econômico. Desde então, as atividades referentes à pesca transcorrem sob organização recomendada pelo Fundo Europeu de Pesca que regularmente distribui as “Cotas de Pesca”. Conforme estas autoras, as autorizações para a pesca nos países europeus redundam em conflitos sobre o acesso ao mar, nas palavras de interlocutor de suas pesquisas, cuja referência não foi mencionada.

A pesquisa efetuada autoriza a afirmativa de que paralelamente ao controle da pesca como estratégias de sustentabilidade do mar, ações e formas concretas de proteção social pública fazem parte do cotidiano dos/as trabalhadores/as do mar e são percebidas por eles/as de variadas maneiras, mas sempre relacionando passado e presente, tradição e modernidade.

Referente ao cotidiano dos/as interlocutores/as da pesquisa, o trabalho cotidiano no mar é o centro e o significado essencial de suas vidas, pois é do mar que lhes vem o sustento da família. E, ainda: as práticas sociais que constituem a vida em sociedade possuem forte referência no mar, enquanto supridor de meios de vida.

Conforme admito com respaldo nas reflexões de Heller (1987; 1998) sobre o cotidiano e as necessidades básicas, a esfera do trabalho se encontra no topo de uma hierarquia, entre as demais esferas da vida dos/as entrevistados/as, pois é do trabalho que eles obtêm o suprimento das necessidades básicas. Nessa perspectiva, as necessidades básicas seriam elementos “pessoais, porque só as pessoas desejam conscientemente algo, e sociais, porque o objeto de necessidade é produzido socialmente [...] posto que as necessidades materiais estão limitadas pela produção, enquanto os mais variados ‘objetos’ põem limites a outras necessidades” (HELLER, 1998, p. 48).

O trabalho no mar, como principal garantia do sustento familiar, teria sido central no passado e assim permaneceria na contemporaneidade, embora, como eles/as afirmam, há sinais de mudanças. No entanto, as alusões ao passado nas narrativas decorrem da presença de idosos ainda exercendo seu trabalho no mar e aposentados atendidos no Centro de Serviços Sociais de Poio/Pontevedra, os quais foram incluídos na amostra da pesquisa e nela tiveram um peso significativo, tanto numericamente, como por trazerem consigo o importante recurso da memória coletiva (BOSI, 1994) e das próprias lembranças.

Diante disso, encontrei nesta autora elementos teórico-metodológicos para constituir um trabalho de escuta das narrativas que, apesar de marcado e limitado pela brevidade do tempo de pesquisa, possibilitasse e valorizasse as narrativas dos idosos que na qualidade de trabalhadores do mar, presumivelmente, não tenham sido incluídos durante muito tempo

em estudos e pesquisas dessa natureza. Considerei com a autora (psicóloga social) ora referida que “a narração da própria vida é o testemunho de mãos eloquentes, dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a sua memória” (BOSI, 2003, p. 68). Nas entrevistas e em outras ocasiões de interação com idosos/as no decurso do tempo da pesquisa, suas lembranças foram despertadas de diversos modos, como contar uma história, remeter a fatos e costumes culturais do passado. Como diz a autora: “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho” (BOSI 1994, p.17).

Recorrentemente, os/as entrevistados/as se referem ao passado, quando falam do aprendizado da cultura da pesca, como um modo de vida herdado de seus ancestrais e ensinado às gerações seguintes. Em geral, remetem ao passado também para falar do trabalho da pesca num tempo em que o “pescar era livre”, mas não havia a “ajuda” de que dispõem nos dias de hoje. Essa ideia de liberdade e de ausência de ajuda coaduna as afirmativas de Judt (2008) sobre as condições da proteção social em períodos anteriores ao da atual Constituição espanhola.

A narrativa que traz a ideia do “pescar livre” expressa também um compartilhamento da memória coletiva, socialmente acumulada pelos/as entrevistados/as. Ao dizerem [...] *somos de uma época que não tinha controle de pesca e nem a ajuda como os/as mariscadores/as têm hoje*, eles indicam terem vivido parte de suas vidas em que a provisão pública de proteção social não se estendia até eles, como também era inexistente a preocupação com as questões ambientais referentes à sustentabilidade do mar.

A narrativa que indiretamente remete à hierarquização do trabalho no passado também expressa esse compartilhamento da memória coletiva que os faz imaginar em certa autonomia que lhes escaparia no tempo presente, como, por exemplo: [...] *no começo mariscava livre, sem nenhum controle. Eu ia para o mar mariscar e depois ia vender os mariscos na “lonxa”. Não pagava impostos* (Entrevista, n. 4) Esse modo de garantia do sustento da vida é relatado como costume que atravessa gerações e se faz mediante processos de socialização desde os primeiros anos de vida.

É mencionado com orgulho pelos/as entrevistados/as que também destacam o momento da vida em que se dá o processo de iniciação ao convívio corajoso e sábio com os reveses do mar. As narrativas a seguir são ilustrativas a este respeito:

[...]Trabalhei desde os meus 8 anos acompanhando as mulheres da minha família. Foi quando descobri o marisqueiro. Quando fui crescendo assumi a profissão de mariscadora (Entrevista, n. 4).

.....

[...] Eu trabalhei muito tempo como mariscadora, sou filha e neta de mariscadoras. Eram mulheres fortes que me ensinaram o que é ser uma mulher forte. As galegas são mulheres trabalhadoras, são fortes (Entrevista, n. 7).

.....

[...] Todos nós vivemos exclusivamente do mar, tudo vem do mar. Nossa vida é o mar (Entrevista, n.10).

.....

[...] Meu pai me ensinou a pescar, desde criança. Ele foi um grande homem. Um homem do mar. Devemos nosso trabalho aos marinhos mais antigos, eles nos ensinaram muito: avô, pai, amigos e familiares. Sempre foi assim, aprendemos com os ancestrais. Ouvia e via meu pai, fui aprendendo a arte da pesca. A pesca é trabalho. Muitas coisas mudaram, mas a base da pesca é a mesma (Entrevista, n. 12).

.....

[...] Nos momentos de descanso eu adorava olhar para as gaivotas pesqueiras, sabia que ali onde elas estavam comendo tinha muitos peixes (Entrevista, n. 14).

Como demonstrado, em seu conjunto, essas narrativas reforçam a questão da hierarquia do trabalho sobre todos os outros aspectos da vida cotidiana. O fato de ser o trabalho do mar o principal sustentáculo da exis-

tência, esse lugar central do trabalho, é ensinado e aprendido no âmbito das esferas familiar e comunitária desde muito cedo. Trata-se de um processo socializador para o trabalho costumeiro como condição indispensável, constituindo algo cultural que, inexoravelmente, teria de ser repassado de geração em geração.

Hoje, no entanto, parecem despontar outras possibilidades de trabalho para novas gerações originárias de famílias que ao longo de sua história familiar garantiram seu sustento com o trabalho no mar e ao mesmo tempo propiciaram aos filhos outras possibilidades de vida, conforme disse uma entrevistada que também assinalou ter todos os direitos e benefícios auferidos por meio do trabalho.

Assim sendo, como é possível afirmar, há indícios de mudanças, talvez a médio prazo, dessa vivência cotidiana do trabalho de mariscagem, pois a preservação de “ritos de passagem” de práticas tradicionais que circunscrevem essa modalidade de trabalho começa a ser relativizada, por vários motivos, entre eles: as metas globais de sustentabilidade do mar; certa modernização nas técnicas e práticas gerenciais referentes à pesca e mudanças nas relações de trabalho e proteção social pública, como resposta a demandas “globais” e como bem expressam as confrarias.

Ademais, há entre determinados pais e mães anseios e desejos de propiciar outras condições de vida aos filhos, por meio do conhecimento. Ou como talvez dissesse a escritora galega-brasileira Nélide Piñon, uma passagem de senha aos filhos sobre a obrigação de ser aventureiro. A fala a seguir é ilustrativa a este respeito:

[...] Eu e meu marido fomos mariscadores por toda a vida [...] casamos na adolescência e tivemos três filhos que não quiseram seguir nosso trabalho no mar. O nosso sustento foi do mar [...] conseguimos dar estudo aos nossos filhos, tudo com o dinheiro de mariscadores [...] Todos os direitos e benefícios que adquirimos me fez muito contente. Foram anos de luta. Não temos muitos bens materiais, mas realizamos o sonho de construir e morar em frente ao mar. Foi um sonho realizado (Entrevista, n. 8).

Ao destacar a importância da pesca na economia galega e deixar nas entrelinhas da narrativa que a riqueza é gerada pelo trabalho, outra pessoa entrevistada enfatizou o seguinte:

[...] Penso que essa geração tem que entender de onde veio o dinheiro e a riqueza da Galícia, 10% do PIB da Galícia vem da pesca, ou seja, do trabalho, porque o mar sozinho não vai deixar os peixes nos restaurantes (Entrevista, n. 6).

E ainda outra pessoa entrevistada relacionou a possibilidade de mudanças entre as gerações jovens em decorrência das atuais condições de (in)sustentabilidade do mar. Depois de falar sobre diversas questões ambientais referentes ao mar, ela expressou o seguinte:

[...] Se permanecer assim, os velhos pescadores vão morrer e os mais jovens não vão querer buscar trabalho no mar. Nós pescadores somos os cuidadores do mar. Os pescadores artesanais empregavam uma pesca que fosse suficiente para manter a economia da costa. Isso vem mudando com o tempo e com as consequências de uma pesca sem controle, sem limites. Perdemos a noção de respeito pelo mar. As exigências do mercado e do consumo sem controle colocam em perigo as nossas espécies e a própria pesca (Entrevista, n. 10).

Para outros/as entrevistados/as, há uma dimensão de futuro ligada exclusivamente à melhoria dos equipamentos de trabalho e das condições de moradia. Essa dimensão se sustentaria na crença do próprio trabalhador em sua capacidade individual. A fala a seguir é ilustrativa de que a compreensão sobre a relação entre as condições de trabalho no presente e as projeções de futuro têm também outras interpretações que não se referem somente às questões ambientais.

[...] A gente trabalha e vai pensando no futuro também. A gente quer chegar a isso [...] melhores equipamentos de trabalho, melhor barco[...] reformar a casa, dar o melhor para a família. O marinhaio deve acreditar no que faz, para sobreviver e viver da pesca. Acreditar que pode viver da pesca (Entrevista, n. 9).

Outro traço assinalado pelos/as interlocutores/as da pesquisa foi a dureza do trabalho no mar sem o qual seria impossível a garantia das necessidades básicas. A narrativa a seguir expressa o dispêndio de tempo e energias dos/as trabalhadores/as do mar para auferir os meios de sustentação da família. Diz uma pessoa entrevistada: [...] Sustento minha família com o meu trabalho. Temos que trabalhar de forma correta, superar a dor, a luta e o cansaço do dia. Então, temos sucesso no mar. Milhares de famílias vivem do mar (Entrevista, n. 11).

Sem dúvidas, esta fala impele a uma reflexão sobre as condições de corpos mortificados nas relações de trabalho, quase como ferramenta ou parte de um maquinário que, no caso em análise, opera na realização do trabalho específico de captura de frutos do mar, sob a brisa ora gelada ora sob o sol abrasivo ou em meio a tempestades e sujeitos aos caprichos da natureza. Nas palavras de pessoas entrevistadas:

[...] O trabalho é muito duro. Apesar das conquistas que obtemos, ainda é um trabalho muito duro. São muitas horas na mesma postura. Mas não posso rejeitar, é assim que eu ganho a vida. Sempre fiquei muito cansada com a carga de trabalho duro. Não sabia como estava no outro dia, como ia despertar. Muitas famílias dependem da captura de mariscos. Tem que dar de comer aos filhos e algumas vezes em horas livres cuidar da horta e fazer outras atividades de casa. Pagamos os nossos impostos. Dói na alma (Entrevista, n. 2).

.....

[...] Às vezes, trazemos muito pouco do trabalho no mar. Quem conhece as dores dos pescadores sabe do que eu estou falando (Entrevista, n. 13).

A disposição, a coragem, a força e os movimentos exigidos para desempenhar esse trabalho garantem o sustento, mas também demandam desse corpo muitos esforços que, repetidos durante longo tempo, podem

lhes acarretar adoecimentos. Ao se referir a um tempo passado, uma entrevistada comentou o fato de que todos os deslocamentos para o trabalho “eram feitos a pé. Inverno ou verão, não tinha como escolher. Tive algumas vezes doenças no pulmão, principalmente no período do inverno. O inverno é largo e duro” (Entrevista, n.1).

Noutra narrativa referente ao presente são elencadas várias doenças que acometem esse segmento de trabalhadores/as, como *fibromialgia, doenças reumatológicas, ortopédicas, lesão por esforço repetitivo (L.E.R.), alcoolismo, câncer de pele, depressão e outras doenças* (Entrevista, n. 6). Esta mesma entrevistada aponta também outras demandas por atendimentos sociais e psicológicos relacionados ao trabalho (Idem).

Para além da mortificação do corpo em virtude do tipo de trabalho, outra entrevistada relata também sobre os perigos de vida a que estão sujeitos/as esses/as trabalhadores/as. Ao mesmo tempo menciona atividades referentes à complementação de renda e aos cuidados dos filhos. Ela diz:

[...] Uma vez fui trabalhar com as minhas companheiras, e quase morremos afogadas. Não se brinca com a mãe natureza. O barco virou e fomos salvas por marinheiros que passavam em outro barco. [...] A vida do mar é dura, é muito bonita e preciosa. Mas é muito dura na verdade. Eu não podia parar de trabalhar. Chegava em casa depois de mariscar o dia todo e ainda tinha que cuidar dos meus filhos, alimentar e cultivar minha hortinha (Entrevista, n. 1).

É importante realçar a ausência de qualquer referência das entrevistadas ao descanso depois da dura jornada de trabalho no mar. Ao contrário, são recorrentes outras afirmativas semelhantes a esta ora mencionada no tocante aos cuidados dos filhos, como também ao cultivo de hortas. A palavra mais encontrada em todas as narrativas das mulheres foi trabalho. Conforme falas extraídas das entrevistas reproduzidas neste livro, percebi pelo menos uma dubiedade de sentidos atribuídos ao trabalho feminino no mar: o primeiro sentido é o que estabelece uma relação entre este e “a fortaleza da mulher gaiega”, segundo exemplificado em entrevistada cujo trecho se segue. Diz uma entrevistada: *[...] trabalhei muito tempo*

como mariscadora, sou filha e neta de mariscadoras. Eram mulheres fortes que me ensinaram o que é ser uma mulher forte. As galegas são mulheres trabalhadoras, são fortes (Entrevista, n. 7). O outro sentido é esclarecedor de que há dificuldades de reconhecimento desse trabalho, como demonstra a fala de outra entrevistada:

[...] As mulheres de pescadores nunca foram reconhecidas profissionalmente, nem com seguridade social e nem nada. Sempre estive-ram nos pesqueiros junto do marido, mas nunca eram reconhecidas como trabalhadoras do mar. Nós sempre estivemos perto do mar fazendo alguma atividade (Entrevista, n. 3).

Mesmo assim, as possibilidades de ingresso nesse campo de atividade ocupacional são bastante disputadas, diante das difíceis condições de vida, a pobreza, a escassez de postos de trabalho formal, o desemprego, o subemprego, as precárias relações contratuais e as restritas garantias de proteção social pública em muitos lugares do mundo e também no continente europeu – como nos mostram relatórios da OIT, documentos da Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN, 2018); e Relatório Técnico da FAO (2017).

Em Pontevedra, os esforços para auferir uma oportunidade de trabalho no mar não se restringem à população local. Incluem também imigrantes pobres, que diante de tais condições veem nesse trabalho a possibilidade de garantia de suprimento das necessidades básicas, como também de proteção social pública, um contrato formal de trabalho que dure por algum tempo e dele decorra uma chance de aposentadoria.

Um dos aspectos mais comentados pelos/as interlocutores/as da pesquisa diz respeito às incertezas sobre o futuro do trabalho do mar. As narrativas expressam a consciência desses trabalhadores sobre a questão da (in)sustentabilidade do mar em consequência da pesca industrial e/ou do lançamento de corpos estranhos à vida marinha e, por consequência, uma perspectiva sombria quanto à continuidade da pesca artesanal. Os vários trechos das entrevistas apresentados a seguir são reveladores dessa insegurança:

[...] Essas grandes empresas jogam seus venenos no mar e poluem tudo. Converso com meu marido sobre o futuro da pesca em Galícia. Se não cuidarmos do mar, no futuro não teremos mais nossas riquezas. Agora só querem ganhar dinheiro e nada de cuidar do mar (Entrevista, n. 8).

.....

[...] Em muitas décadas os sistemas de pescas artesanais e a necessidade de viver em harmonia com o mar foram prioridades em Galícia. A pesca industrial fez com que as pescarias artesanais fossem suspensas ou mais escassas. Se permanecer assim, os velhos pescadores vão morrer e os mais jovens não vão querer buscar trabalho no mar. [...] perdemos a noção de respeito pelo mar. A pesca ao longo dos anos está mudando e quem perde é o meio ambiente, o pescador artesanal e o mariscador, todos estão perdendo o seu valor na pesca. [...] Os pescadores e mariscadores dependem do ecossistema para sobreviver e cuidar da família. [...] Temos que pensar na sustentabilidade e na responsabilidade, o mar é nosso e estamos perdendo. O que vai sobrar de espécie, isso não sabemos ainda.[...]. vivemos exclusivamente do mar, tudo vem do mar. Nossa vida é o mar.[...] A pesca deveria ser sustentável, se não vai acabar em pouco tempo. [...]. Todos sofrem: economia local, meio ambiente, comunidades locais, pescadores, mariscadores, famílias galegas[...] isso deveria ser um direito dos galegos. [...] a pesca artesanal é uma prática sustentável. Essa prática é uma conservação de nossa história de vida. Nós, galegos, somos um povo do mar (Entrevista, n. 10).

.....

[...] Há trabalhos ilegais que devemos combater porque podem afetar o futuro do mar e a qualidade dos mariscos das Rias Baixas e do mundo. Não podemos esquecer que a maré muda no mar. Como uma onda, está por cima e por baixo. É a vida do

mar[] Mar é não se “comer vivo”. Mar não é disputa (Entrevista, n. 11).

.....

[...] devemos evitar práticas abusivas ao mar, será muito mais rentável para nós: pescadores e consumidores [...]. Se vê mais pescado industrializado que o pescado artesanal. Os pescados industrializados possuem muitos conservantes. [...] Eles [os consumidores] devem ter a informação do que vão comer. Os produtos do mar de Galícia têm qualidade, priorizamos a qualidade, isso é importante para nós galegos. É o nosso orgulho [...] não devemos romper a cadeia de qualidade e provocar danos ao ecossistema marinho. Isso está acontecendo e a gente da costa pode ficar sem trabalho e sem futuro. O que vão fazer de suas vidas? [...] A pesca artesanal é importante porque gera emprego, renda [...]. Somos uma família do mar e cuidamos [...] do meio ambiente para não acabar com o nosso futuro. Hoje disputamos com a pesca industrial. [...] Converso isso com meu pai, meus familiares e amigos da comunidade. A pescaria não é mais como antigamente. [...] Deveríamos respeitar mais as leis do mar (Entrevista, n. 13).

Como o trabalho constitui a esfera central da vida cotidiana dos/as trabalhadores/as do mar de Pontevedra, estes demonstram sentir muito mais do que perceber sobre a existência das faces ambivalentes desse tipo de trabalho: em diálogo eles/as falam quase ao mesmo tempo das dores no corpo e dos direitos e benefícios que passaram a auferir depois de certo tempo. Percebem, no entanto, diferenciações sociais entre os que vivem da pesca, e exemplificam as diversas funções exercidas no âmbito das confrarias [associações]. Também se referem a distintos segmentos sociais “maiores”, cujos papéis e funções na sociedade situam-se em outras esferas que se encontram além da confraria, ou seja, os segmentos responsáveis pelas políticas públicas que, de modo direto ou indiretamente, dizem respeito à pesca artesanal.

Conforme observado nas narrativas, algumas frases, que embora pareçam soltas, ligam situações ora semelhantes ora opostas e ilustram não só sentimentos, mas também percepções que parecem remeter à política pública de pesca, ou às dinâmicas organizativas dos pescadores artesanais e processos participativos inerentes às organizações. Por exemplo: *“Sempre vi os maiores planejando as coisas no mar”*; *“Hoje se olha para o mar como águas lucrativas e competitivas para ganhar a vida”*; *“Não dá para disputar a pesca artesanal com a pesca industrial”*.

Sem pretender adentrar noutras questões como as referentes à identidade social, realçou que há entre os/as interlocutores/as da pesquisa uma autoidentificação – entre o ser galego e a pesca artesanal –, a qual remete a uma clara concepção sobre a importância econômica da pesca artesanal na sustentação concreta da Galícia, ou seja: uma sociedade cuja existência simbólica estaria vinculada a um saber cultural específico herdado de ancestralidades, um saber respeitoso sobre as imprevisibilidades do mar. De acordo com algumas de suas narrativas, este saber poderia ser apoiado pela técnica, mas nunca substituído por ela. Dependeria, sobretudo, de saberes e práticas tradicionais pesqueiros. As falas, a seguir, são elucidativas a este respeito: *“Essa prática é uma conservação de nossa história de vida. Nós galegos, somos um povo do mar”*; *“Nós pescadores somos os cuidadores do mar. Os pescadores artesanais empregavam uma pesca que fosse suficiente para manter a economia da costa”*.

A perspectiva de autoidentificação dos/as interlocutores/as, em tela, mescla-se a um senso de responsabilidade sobre a sustentabilidade do mar como determinante da garantia do futuro do trabalho de manutenção das necessidades básicas das gerações mais novas. O reforço dessa autoidentificação está ancorado em claro senso de comunidade, segundo apontado em conversas informais com trabalhadores/as na fase da observação flutuante e em várias entrevistas. Eles/as dizem: *“Os produtos do mar de Galícia têm qualidade, priorizamos a qualidade, isso é importante para nós galegos. É o nosso orgulho”*; *“conversamos sobre a sustentabilidade do mar na família, na comunidade”*.

Há para eles/as, entretanto, vários sentidos atribuídos à noção de comunidade. Reminiscências de um *“forte espírito comunitário”* e alguns princípios que seriam próprios de comunidades tradicionais misturam-se às novas formas de interações no mundo do trabalho que fazem parte da dinâmica de funcionamento da confraria moderna. Com apoio em Bauman (2003), é possível admitir que o sentido de comunidade para os/as interlocutores/as da pesquisa mais se aproxima de uma busca por segurança no mundo atual evocando aquilo que lhes é faltoso e do qual precisariam para viver tranquilos. Um dos interlocutores da pesquisa diz: *“Converso isso com meu pai, meus familiares e amigos da comunidade”*; outros dizem: *“A pescaria não é mais como antigamente”*; *“somos uma família do mar e pescamos pescados frescos e cuidamos do meio ambiente para não acabar com o nosso futuro”*. *“Vivemos em comunidades pesqueiras e compartilhamos esses problemas igualmente. O futuro da pesca é proteger o mar”*.

Memória provincial de mariscadores/as no mar de Galícia



Mariscadores/as no mar de Galícia - uma viagem no tempo



Fotografia mais antiga da cidade de Pontevedra, 1870



Marinheiros em mar de Galícia, 1950



Ponte da Barca/Pontevedra



O Grove, Vila Marinheira



Mariscadores descarregando *Berberecho*





Mariscadores/as a caminho do trabalho na costa galega de Pontevedra



Visão do trabalho coletivo no mar



Mariscadora realizando o seu trabalho



Trabalhadora do mar confeccionando a rede de pesca



Considerações Finais

Vozes

Voz do mar

Voz da alma

Voz do mar que fala à alma

A(Mar)

(Wecia Mualem)

Falar sobre a Galícia e seu mar é deixar vir à tona as imagens dos/as trabalhadores/as do mar, cujos registros históricos desde a época da Galícia provincial, e até antes disso, demonstram sua marcante presença.

A pesquisa realizada propiciou a compreensão acerca da relevância do mar na vida social, econômica e cultural da Galícia. Como mencionado, as atividades de pesca marítima são responsáveis por um percentual significativo do PIB, e garantem a manutenção do emprego ao fixar os trabalhadores do mar no local. Desse modo, possibilitam a proteção social pública (saúde, educação e previdência social) e condições satisfatórias de moradia, lazer, além do suprimento de outras necessidades básicas.

Entre os muitos elementos que influenciam no cotidiano dos/as interlocutores/as, destacam-se os seguintes: o trabalho é a esfera mais importante de suas vidas e hoje conta com as mediações das confrarias de pesca, cuja modernização impelida também pela globalização inclui a obrigatoriedade de determinadas taxas de produtividade e, ao mesmo tempo, coloca as “demandas” de sustentabilidade do mar.

Há impactos dessa modernização da pesca artesanal, os quais são considerados ora positivos ora negativos pelos/as entrevistados/as. Entre estes, sobressaem a importância da regulamentação do trabalho e a garantia de ampliação da proteção social que passa a ser pública, a exemplo da aposentadoria, ou seja: haveria, com a modernização da política de pesca, um conjunto de novas formas gerenciais, novos direitos e novas obrigações

dos/as trabalhadores/as vinculados/as às confrarias. Eles/as falam claramente sobre o tempo em que “*o pescar era livre*”, mas não tinham os direitos trabalhistas e a proteção social que têm hoje.

Conforme observado, a pesquisa evidenciou haver certo grau de insegurança por parte dos/as interlocutores/as quanto ao futuro das novas gerações no tocante ao trabalho no mar, a existência de competição por emprego nesse “*campo de atividade ocupacional*”, mediante a entrada de imigrantes, inclusive do Brasil, na atividade de pesca artesanal e mariscação, que se tornaram atrativos em tempo de desemprego. Ademais, evidenciou também diversas formas de adoecimento (doenças ocupacionais), destacando-se, entre elas, a fibromialgia, doenças reumatológicas, ortopédicas, lesões por esforço repetitivo (L.E.R.), alcoolismo e câncer de pele, além de demandas frequentes por atendimentos sociais e psicológicos dessas pessoas.

Outro aspecto a ressaltar é o grau de consciência dos/as trabalhadores/as sobre a questão da (in)sustentabilidade do mar, em virtude da pesca industrial e/ou do lançamento de corpos estranhos à vida marinha e, conseqüentemente, incertezas sobre a garantia de trabalho para as novas gerações nas atividades relacionadas à pesca artesanal.

É perceptível pelos/as interlocutores/as da pesquisa a existência de certa diferenciação social entre os associados das confrarias, formas distintas de ascensão social de membros desses coletivos, como também certa “consciência identitária como trabalhadores” mediante coletivos, e ainda funções sociais distintas dentro e fora das confrarias. Tais diferenciações determinariam formas específicas de participação e de poder decisório nas gestões das associações.

Vários sentidos são atribuídos à noção de comunidade pelos/as interlocutores/as da pesquisa. Misturam-se aí reminiscências do “*forte espírito comunitário*” da tradição com os princípios gestionários da confraria moderna. Haveria certa “identidade cultural” entre eles, ainda perpassada pela tradição, que, entretanto, estimularia a solidariedade entre trabalhadores e trabalhadoras. Enfim, a tradição e a modernidade, o sagrado e o profano se encontram fortemente no cotidiano desses segmentos sociais na província

onde foi realizada a pesquisa, cujo ponto alto na hierarquia de prioridades vitais é o trabalho que garante o suprimento das necessidades básicas da existência.

No passado a pesca era aprendida e repassada de geração em geração. Quando os meninos tinham de 10 a 12 anos de idade eles eram levados ao mar, ainda na madrugada, pelos pais, parentes próximos ou até mesmo vizinhos. Costume tradicional que podemos chamar de iniciação ao mar. Era muito comum nas praias o fato de mulheres e crianças se tornarem arrimos de famílias, sustentando os filhos e irmãos menores, em virtude da morte do pai, muitas vezes no mar, ou por algum tipo de invalidez, já que a assistência médica à época era ainda mais precária e de difícil acesso.

O mar da Galícia foi para mim um espaço de observação, de fala, de escuta sobre memórias e lembranças, sem deixar de ser uma via de acesso a subjetividades que emergem das narrativas em meio a questões objetivas referentes ao trabalho cotidiano e à proteção social. Propiciou também o entendimento mais claro sobre fontes examinadas durante a pesquisa documental concernente à política pública de pesca artesanal e à organização das cooperativas dos/as trabalhadores/as do mar.

Como pesquisadora social na Galícia, senti que o mar passou a ser a minha segunda casa. Nesse período coloquei-me ativamente às águas e aos ventos para constatar *in loco* o que já ouvira dizer sobre o mar galego. Conforme descobri, para além do mar, famílias galegas vivem perto do mar e dependem dele para estar vivas. Elas são importantes para a economia do local, a cultura, a sociedade e o meio ambiente.

Compreendi que a troca entre homem e natureza não tem fim. Todos nós, vivendo perto ou longe do mar, devemos tratar a natureza com carinho e responsabilidade. De acordo com as muitas histórias narradas e por mim escutadas com atenção, o mar se mistura ao sangue que circula pelas veias dos/as trabalhadores/as do mar de Galícia, suas famílias e comunidades ao redor.

Eles sintetizam: *Mar é vida !*

Ao mergulhar nas narrativas dos/as trabalhadores/as do mar, constatei ser essencial embarcar também na longa e singular história daquele local,

daquela Comunidade Autônoma da Espanha chamada Galícia. Não sei ainda se embarcarei mais adiante [] Nesse contexto, lembrei o tempo todo o quão importantes podemos ser para o planeta. Por isso, eu e você somos importantes também ao escutarmos as vozes dos mares!

Diante dessa prática desafiadora, finalizo este livro em versão popularizada parafraseando um clássico, Victor Hugo, em sua obra “Os trabalhadores do mar”: “Vós que sofreis, porque amais, amais ainda mais. Morrer de amor é viver dele”. Cultivemos o amor ao mar. A(mar)!

Referências Bibliográficas

- ABRÃO, Janete (Org.) **Espanha: política e cultura**. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2010.
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 50, p. 443-464, 2007.
- BARTHES, Roland. **A câmara clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- BECOÑA, Elisardo Iglesias. **La Santa Campaña**. El Urco y los muertos. 1980.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- BOLETÍN OFICIAL DE LA JUNTA DE ANDALUCÍA. **Histórico del Boja**. 1995.
- BOLETÍN OFICIAL DE LA JUNTA DE ANDALUCÍA. **Histórico del Boja**. 2004.
- BOSCHETTI, Ivanete. A insidiosa corrosão dos Sistemas de Proteção Social Europeus. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 754-803, out./dez. 2012.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. 3. ed.

- São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BOWDER, Diana. **Quem foi quem na Grécia Antiga**. São Paulo: Art Editora/Círculo do Livro S/A, 1985.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “Escrito com o olho: anotações de um itinerário sobre imagens e fotos entre palavras e ideias”. In: MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornelia; NOVAES, Sylvia Caiuby. (Orgs.). **O imaginário e o poético nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2005. p. 157-183.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 2015.
- BUTLLETÍ OFICIAL DEL PARLAMENT DE LES ILLES BALEARS. **Parlamentib.es** (em catalão). 1995.
- COFRADÍA DE PESCADORES SAN TELMO. **Conoce la historia de la cofradía**. 2018. Disponível em: <<https://www.cofradiasantelmo.com/>>. Acesso em: 7 set. 2019.
- CORTES, Soraya Vargas; LIMA, Luciana Leite. A contribuição da sociologia para a análise de políticas públicas. **Lua Nova**, n. 87, 2012.
- DALLA-NORA, Giseli; SATO, Michèle. Brisas, ardências e sonhos de pescadores da Galícia – Espanha. **Ensino, Saúde e Ambiente**. Número Especial, p. 163-179, jun. 2020
- DI GIOVANNI, Geraldo. As estruturas elementares das políticas públicas. **Caderno de Pesquisa, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas/NEPP**, Campinas, SP, n. 82, 2009. Disponível em: <<https://www.nepp.unicamp.br/biblioteca/periodicos/issue/view/9/CadPesqNepp82>>. Acesso em: 24 jan. 2019.
- DI GIOVANNI, Geraldo. Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de. (Org.). **Reforma do Estado & Políticas de Emprego no Brasil**. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 1998.
- DITCH, John; OLDFIELD, Nina. Social Assistance: recent trends and themes. **Journal of European Social Policy**, London: Thousand Oaks and New Delhi SAGE Publications, n. 1, p. 65-76, 1999.
- ESPAÑA. **Constitución española**. Aprobada por Las Cortes en sesiones

plenarias del Congreso de los Diputados y del Senado celebradas el 31 de octubre de 1978. Ratificada por el pueblo español en referéndum de 6 de diciembre de 1978. Sancionada por S. M. el Rey ante Las Cortes el 27 de diciembre de 1978.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias-políticas do *Welfare State*. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 24, p. 85-116. set. 1991.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. O futuro do *Welfare State* na nova ordem mundial. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 35, p. 73-111, 1995.

FAO Technical Workshop. **Social protection to foster sustainable management of natural resources and reduce poverty in fisheries-dependent communities**. Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). 2017. Disponível em: <<https://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/473035/>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

FEDERACIÓN GALLEGA DE COFRADÍAS DE PESCADORES (CP), 2018. **Cofradías**. Disponível em: <<http://confrariasgalicia.org/>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

FLEMING, Maria Isabel D Agostino. A questão celta do noroeste da península ibérica: entre história e arqueologia. Grupo de Estudos Celtas e Germânicos. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. **Brathair**, 19 (1), 2019.

GENERALITAT DE CATALUÑA. **Decreto Legislativo 2/1991, de 26 de septiembre, por el que se aprueba la refundición de los textos legales vigentes en materia de residuos industriales**. 1991.

GENERALITAT DE CATALUÑA. **Decreto Legislativo 1/2002, de 24 de diciembre, por el que se aprueba el Texto refundido de la Ley de patrimonio de la Generalidad de Cataluña**. 2002.

GIDDENS, Antony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003.

GOBIERNO DE ESPAÑA. **Ley 3/2001, de 26 de marzo, de Pesca Marítima del Estado**. BOE nº 75, 2001. Disponível em: <<https://www.boe.es/boe/dias/2001/03/28/pdfs/A11509-11532.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2019.

- GOBIERNO DE ESPAÑA. **Ley 33/2014, de 26 de diciembre, por la que se modifica la Ley 3/2001, de Pesca Marítima del Estado.** BOE nº 313, 2014. Disponível em: <<https://www.boe.es/boe/dias/2014/12/27/pdfs/BOE-A2014-13516.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2019.
- GOBIERNO DE ESPAÑA. **Ley 5/2011, de 29 de marzo, de Economía Social.** BOE nº 76, 2011. Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2011-5708>. Acesso em: 8 jan. 2019.
- GOBIERNO DEL PAÍS VASCO. **Decreto 298/1998, de 3 de noviembre, de modificación del Decreto de composición y régimen de funcionamiento del Consejo Vasco de Bienestar Social.** 1998.
- GOLDMAN, Marcio. Antropologia contemporânea, sociedades complexas e outras questões. In: GOLDMAN, Marcio. **Alguma antropologia.** Rio de Janeiro: Relume Dumará / Núcleo de Antropologia da Política, 1999.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1993.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- HELLER, Agnes. **Sociología de la vida cotidiana.** Barcelona: Edicions 62, 1987.
- HELLER, Agnes. **Teoría de las necesidades en Marx.** 3. ed. Barcelona: Península, 1998.
- HOMERO. **Ilíada.** Tradução de Manuel Odorico Mendes. São Paulo: Abril, 2009.
- INSTITUTO GALEGO DE ESTATÍSTICA - IGE (ESPAÑA). **Cifras poboacionais de referencia.** 2018. Disponível em: <https://www.ige.eu/web/mostrar_actividade_estadistica.jsp?idioma=gl&codigo=0201001006>. Acesso em: 19 jun. 2021.
- JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- KERSTENETZKY, Celia Lessa. Políticas sociais: focalização ou universalização? **Brazilian Journal of Political Economy.** v. 26, n. 4, p. 564-574. 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-31572006000400006>>. Acesso em: 18 maio 2021.

- LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter Pim; CASTELLO, Grazie-la. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política** [online], n. 67, p. 49-103, 2006a. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64452006000200004>>. Acesso em: 18 maio 2021.
- LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- LISÓN, Camelo Tolosana. **La Santa Campaña**. Akal, 2004.
- LORENZO, Iria García. **El papel de las cofradías de pescadores de Galicia (Noroeste de España) en la protección de recursos marinos y consecución de la equidad: ventajas y limitaciones**. España: Universidad de Vigo, jun. 2019.
- MARQUES, Eduardo. As políticas públicas na ciência política. In: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (Org.). **A política pública como campo multidisciplinar**. 2 ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ - São Paulo: Unesp, 2018.
- MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2. ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, José de Souza. **O Imaginário e poético nas ciências sociais**. São Paulo. Ed. Edusc, 2005.
- MARTINS, José de Souza. O artesanato intelectual na sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia**, v.1, n.2, jul./dez. 2013.
- MAYER, Arno Joseph. **A força da tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- McDONOUGH, Peter et al. A democratização desencantada: a cultura política na Espanha pós-82. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 26, ago. 1992.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Introdução. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. (Orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Pro-**

- gramas Sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.
- MORAES, Wecia Mualem Sousa de; ASSIS, Ângela Elizabeth Ferreira de. Reflexões sobre sistemas de proteção social e suas relações com as políticas públicas no Brasil e na Espanha: algumas semelhanças e diferenças. In: FARIAS, Liduina Almeida da Costa (Org.). **Interfaces socioestatais da participação**: ensaios sobre políticas públicas e proteção social. Fortaleza: EDMETA, 2021.
- NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Relatório Mundial sobre Proteção Social 2017-19**: Proteção social universal para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Bureau Internacional do Trabalho. Genebra: OIT, 2017. Disponível em: <[http:// www.ilo.org/publn>](http://www.ilo.org/publn>)>. 9 abr. 2021.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Relatório Mundial sobre Proteção Social 2020-22**: A Proteção social numa encruzilhada: em busca de um futuro melhor. BRASIL: OIT, 2021a. Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasil/lang--pt/index.htm>>>. Acesso em: 9 abr. 2021a.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Construindo o futuro da proteção social para um mundo do trabalho centrado nas pessoas**. Conferência Internacional do Trabalho, 109.^a sessão, OIT, 2021b. Disponível em: <[http:// www.ilo.org/publn>](http://www.ilo.org/publn>)>. Acesso em: 9 abr. 2021b.
- ORNELAS, José. Suporte social: origens, conceitos e áreas de investigação. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 12, n. 2-3, p. 333-339, 1994.
- PAREDES, Xoán Milésio. **Curiosities across the Atlantic**: a brief summary of some of the Irish-Galician classical folkloric similarities nowadays. Galician singularities for the Irish. Chimera, n. 15, University College Cork (Ireland), 2000.
- PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Proteção social contemporânea:

cui prodest? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 636-651, out./dez. 2013.

PÉTONNET, Colette. Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. **Antropolítica**, Niterói, n. 25, p. 99-111, 2008.

POLANYI, Paul Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Tradução de Fanny Wrabel. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POSSATO, Thereza. **O sistema de Seguridade Social no Brasil e comparação com o modelo espanhol**. 2015. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/processos/nome/374497/assistente-social>>. Acesso em: 13 maio 2021.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA PORTUGAL (EAPN Portugal). **Investigação e Projetos**, 2018. Disponível em: <<https://www.eapn.pt/investigacao-e-projetos>>. Acesso em: 23 maio 2019.

SOTO, William Héctor Gómez. Sociologia e história na obra de José de Souza Martins. **Revista Sociedade e Estado**: volume 31, Número Especial Sociedade e Estado 30 anos – 1986-2016. 2013.

VAZ, Alexander Cambraia Nascimento. Da participação à qualidade da deliberação em fóruns públicos: o itinerário da literatura sobre conselhos no Brasil. In: PIRES, Roberto Rocha Coelho (Org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil**: estratégias de avaliação. 7. ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2011. Cap. 6, p. 91-107.

WHITEFORD, Peter. Les réformes de la protection sociale dans les pays d'Europe Continentale et du Sud. Panorama des enjeux et des stratégies. **Revue Français des Affaires Sociales**. Paris, n. 1, p. 25-50, 2006.

WOLF, Paulo José Whitaker. **Os Estados de Bem-Estar Social da Europa Ocidental**: tipologias, fundamentos e evidências. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

WOLF, Paulo José Whitaker; OLIVEIRA, Giuliano Contento de. Os Esta-

dos de Bem-Estar Social da Europa Ocidental: tipologias, evidências e vulnerabilidades. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 3, p. 661-694, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182016000300661&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 7 maio 2022.

WOLF, Paulo José Whitaker; OLIVEIRA, Giuliano Contento de. Os sistemas de proteção social do Brasil e dos países da Europa Meridional: uma análise comparada. **Texto para Discussão**. Unicamp. IE, Campinas, n. 288, mar. 2017.

XUNTA DE GALICIA. **Resolución de 25 de marzo de 2008**. 2008.

XUNTA DE GALICIA. Conselharia de Médio Ambiente, Território e Infra-estruturas. **Decreto 4/2014, de 9 de janeiro, da aprovação definitiva da modificação pontual número 2 das normas subsidiárias autárquicas da Câmara municipal de Vilaloba, no lugar de Acuña**. 2014.

Créditos das imagens

Todas as imagens são de Wecia Mualem, com exceção de:

FOTOGRAFIAS

p. 46, 47, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 69 Wikipedia.

p. 48, 49, 50, 52, 53, 54, 87 Turismo de Galícia - <https://www.turismo.gal/inicio>.

p. 61, 70, 76 Google Imagens.

p. 149, 152 Museu do Mar de Noia, Patrimônio Cultural Imaterial e Unesco

p. 150 Habladme Piedras - www.habladmepiedras.blogspot.com/2020/05/la-imagen-mas-antigua-de-pontevedra.html.

p. 151 Geografia do Reino de Galícia.

p. 150, 151 Arquivo Provincial da Delegação de Pontevedra - www.arquivo.galiciano.gal/arpadweb/es.ga.36201.atvi/pt/micrositios/inicio.do.

p. 157 Fundamar - Fundación para la pesca y el marisqueo - [/www.fundamar.org/](http://www.fundamar.org/).

MAPAS

p. 39, 63 Wikipedia.

p. 112 Viajes de fin de semana - www.viajesdefindefinsemana.net/pontevedra-viajes-fin-de-semana-en-galicia/.



Wecia Mualem Sousa de Moraes é psicóloga e psicanalista. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), possui pós-graduação *lato sensu* em Teoria e Clínica Psicanalítica pelo IBMR (Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação do Rio de Janeiro), mestrado e doutorado em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e pós-doutorado em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). É diretora técnica do Núcleo de Apoio à Família do InCor Criança Fortaleza.

Tem participação em grupos e redes nacionais e internacionais de pesquisas e é autora de livros, capítulos e artigos científicos, destacando-se os seguintes: “Quando um coração pulsa para dois”, publicado em sua segunda edição pela Editora da Universidade Estadual do Ceará (EdUECE); “Nasci para ser mãe? maternidade e vulnerabilidade social”, publicado pela Editora Novas Edições Acadêmicas; capítulo no livro “Cardiologia e Cirurgia Cardiovascular pediátrica: Atenção psicológica à criança cardiopata e familiares”, publicado pela Editora Rocco; capítulo de livro Reflexões sobre sistemas de proteção social e suas relações com as políticas públicas no Brasil e na Espanha: algumas semelhanças e diferenças, em parceria com Ângela Elisabeth de Assis, como parte do livro: “Interfaces socioestatais da participação: ensaios sobre políticas públicas e proteção social”, pela Editora Meta; o vídeo “Vida cotidiana e proteção social de trabalhadores/as do mar em Galícia”, veiculado pela TV NUPES/Youtube.